Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA DO PROCESSO ELETRÔNICO

PROCESSO INTERNO

1-795/2026

Abertura: **17 de setembro de 2026 (quinta-feira) às 11:28:55 hs**

Interessado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**

Assunto: **Aquisição de Tubos Corrugados PEAD**

Unidade: **SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Súmula/Objeto:

Aquisição de TUBOS CORRUGADOS EM PEAD - Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025.

TRÂMITES / MOVIMENTAÇÕES

Seq.	Origem	Destino	Envio	Recebimento
1	SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CPL	01/10/2026 11:54:17	09/10/2026 12:11:12
2	CPL	SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10/11/2026 07:32:36	10/11/2026 08:53:50
3	SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CPL	10/11/2026 08:59:11	10/11/2026 12:22:41
4	CPL	ASSESSORIA JURIDICA	10/11/2026 12:30:25	11/11/2026 08:31:28
5	ASSESSORIA JURIDICA	CPL	12/11/2026 10:54:19	16/11/2026 10:59:19

DOCUMENTOS

Seq.	Documento (Tipo e Identificação)	Data	Qtd. Pág.	Pág/Folha	ID Docto
1	Termo de Abertura Integrado 795	17/09/2026	1	2	356793
2	DFD - Documento de Formalização de Demanda 795	30/09/2026	2	3	356797
3	Solicitação de Compra - Aquisição de Material 282	21/09/2026	1	5	356801
4	Estudo Técnico Preliminar (ETP) 795	30/09/2026	4	6	357065
5	TERMO DE REFERÊNCIA 795	01/10/2026	7	10	357187
6	Análise dos Riscos da Contratação 795	01/10/2026	2	17	357296
7	Documentos - PLANO DE AÇÃO	01/10/2026	11	19	357299
8	Documentos - PARECER DO PLANO DE AÇÃO	01/10/2026	5	30	357301
9	Cotação de Média 1	09/10/2026	3	35	358963
10	Cotação de Média 2	09/10/2026	2	38	358964
11	Cotação de Média 3	09/10/2026	3	40	358965
12	Cotação Media de Valores	09/10/2026	2	43	358966
13	Reserva de Dotação 1339	10/11/2026	1	45	365611
14	Decreto Pregoeiro	10/11/2026	4	46	365715
15	MINUTA DE EDITAL PREGÃO 37	10/11/2026	41	50	365718
16	Parecer Jurídico	12/11/2026	10	91	366243
17	Edital de Licitações 37	16/11/2026	41	101	366850

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO
1-795/2026

No dia 17 de setembro de 2026 às 11:28 horas, foi protocolado nesta repartição, sob número 1-795/2026 o presente processo, através de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, referente a Aquisição de Tubos Corrugados PEAD (767) com a finalidade de:

Aquisição de TUBOS CORRUGADOS EM PEAD.
.

Para constar, lavrou-se o presente TERMO DE ABERTURA que constará dos autos administrativos.

IARA DIAS DO NASCIMENTO
SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Documento assinado eletronicamente por **IARA DIAS DO NASCIMENTO**, **ZELADOR**, em 30/09/2026 às 08:16, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos, informando o ID **356793** e o código verificador **CC88EBFA**.

Referência: Processo nº 1-795/2026. Docto ID: 356793 v1

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

ÓRGÃO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO
SETOR REQUISITANTE:	SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:	SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

1. Objeto da Licitação:

Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com 06 (seis) metros cada, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025 e respectivo Plano de Trabalho.

2. Justificativa da necessidade da contratação/aquisição do serviço ou produto:

A presente solicitação tem por objetivo a aquisição de tubos corrugados do tipo PEAD destinados à implantação e manutenção de bueiros nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município.

A aquisição se faz necessária em razão da necessidade de melhorar o escoamento das águas pluviais e a conservação das estradas rurais, especialmente durante os períodos chuvosos, prevenindo alagamentos, erosões, atoleiros e rompimentos das vias.

As estradas vicinais são essenciais para o deslocamento dos moradores da zona rural, transporte escolar, acesso aos serviços públicos e escoamento da produção agropecuária. Dessa forma, a aquisição dos tubos contribuirá para a melhoria da infraestrutura rural e das condições de trafegabilidade do Município.

A contratação está vinculada à **Emenda Parlamentar nº 202543310004**, por meio do **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, cuja Meta 1 prevê a aquisição de **29 unidades de tubos corrugados PEAD, com 06 metros cada.**

3. Quantitativo do objeto a ser adquirido:

Conforme previsto no Plano de Trabalho do Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025: **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com 06 (seis) metros cada.**

4. Previsão de data em que deve ser iniciada a aquisição do Objeto:

Após a conclusão das etapas necessárias à instrução e realização do procedimento de contratação, preferencialmente com a maior brevidade possível, observando-se o prazo de execução de **36 (trinta e seis) meses** estabelecido no Plano de Trabalho.

5. Submeto Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

Josiel de Souza Santos
Secretário Municipal de Agricultura
Port. N° 02/2025

Novo Horizonte do Oeste RO, 30 de setembro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **JOSIEL DE SOUZA SANTOS**, **SECRETARIO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:54, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos, informando o ID **356797** e o código verificador **50618C14**.

Referência: Processo nº 1-795/2026. Docto ID: 356797 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

Solicitação de Materiais

Solicitação Nº: 282/26 **Data: 21/09/2026**

Descrição:
Aquisição de TUBOS CORRUGADOS PEAD

Centro de Custo: **3 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

Observação:
A aquisição justifica-se pela necessidade de disponibilizar tubos corrugados PEAD para implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município, contribuindo para a melhoria da drenagem, conservação das vias rurais e manutenção da trafegabilidade, especialmente durante os períodos chuvosos.

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.
1	034.002.016		TUBO CORRUGADO DO TIPO PEAD 1200 MM COM 6 METROS DE COMPRIMENTO TUBO CORRUGADO DO TIPO PEAD 1200 MM COM BARRA DE 06 (SEIS) METROS, DESTINADO PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BUEIROS EM ESTRADAS VICINAIS, CARREADORES E TRAVESSÕES.	29,00	UND

21 de setembro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **RONALDO DELAZARI**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 30/09/2026 às 09:29, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

Documento assinado eletronicamente por **JOSIEL DE SOUZA SANTOS**, **SECRETARIO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:54, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos, informando o ID **356801** e o código verificador **DD7B868D**.

Referência: Processo nº 1-795/2026. Docto ID: 356801 v1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP (LEI 14.133/2021)

Descrição da Necessidade da Aquisição

A aquisição dos tubos corrugados do tipo PEAD justifica-se pela necessidade de melhorar as condições de drenagem e conservação das estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO.

A deficiência no escoamento das águas pluviais provoca alagamentos, erosões, atoleiros e danos à estrutura das vias, especialmente durante o período chuvoso, comprometendo a trafegabilidade, o transporte escolar, o acesso dos moradores e o escoamento da produção agropecuária.

Dessa forma, a aquisição dos tubos permitirá a implantação, recuperação e manutenção de bueiros e outros dispositivos de drenagem, contribuindo para a conservação da infraestrutura rural e para a melhoria das condições de circulação no município.

A contratação está vinculada ao **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, decorrente da **Emenda Parlamentar nº 202543310004 – Cristiane Lopes**, cuja Meta 1 prevê a aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com 06 (seis) metros de comprimento cada**.

Área Requisitante

Secretaria Municipal de Agricultura SEMAGRI.

Requisitos da Contratação

Para o atendimento da necessidade, deverão ser observados os seguintes requisitos:

Requisitos do Objeto

A contratação deverá contemplar o fornecimento de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões.

Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, apresentar qualidade e resistência compatíveis com sua finalidade e atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

A definição do diâmetro nominal de **1.200 mm** foi estabelecida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme **Solicitação nº 282/26, de 21 de setembro de 2026**, considerando a necessidade identificada para as intervenções de drenagem nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município.

A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contado na forma estabelecida no Termo de Referência, após o recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

Requisitos Técnicos

Os tubos deverão:

- ser fabricados em **PEAD** e apresentar estrutura corrugada adequada à utilização em sistemas de drenagem;
- possuir **diâmetro nominal de 1.200 mm** e comprimento de **06 (seis) metros por unidade**;
- apresentar resistência e características técnicas compatíveis com a utilização em estradas vicinais;
- atender às normas técnicas aplicáveis ao produto;

- apresentar condições adequadas de armazenamento, transporte e instalação;
- ser entregues em perfeitas condições de uso.

Deverá ser apresentada amostra do produto no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da solicitação da Administração, para avaliação de conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Requisitos Legais

A contratação deverá observar a **Lei Federal nº 14.133/2021**, as normas técnicas aplicáveis e demais disposições legais pertinentes.

A contratada deverá manter, durante a execução, as condições de habilitação e regularidade exigidas no procedimento de contratação.

Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade de implantação, recuperação e manutenção de bueiros nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município, foram consideradas alternativas para atendimento da demanda, incluindo a aquisição dos materiais pela Administração e a contratação de empresa para fornecimento e execução dos dispositivos de drenagem.

A aquisição dos **tubos corrugados do tipo PEAD** foi definida como solução adequada à necessidade identificada, permitindo que a Administração disponha dos materiais para utilização nas intervenções de drenagem conforme a demanda das estradas rurais.

A solução está em conformidade com a finalidade estabelecida no **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025** e com a Meta 1 do respectivo Plano de Trabalho.

A pesquisa de preços para definição do valor estimado da contratação deverá ser realizada pelo setor competente, conforme os parâmetros estabelecidos no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021** e demais regulamentações aplicáveis.

Descrição da solução

A solução consiste na aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste.

Os materiais serão utilizados conforme a necessidade identificada pela Administração, visando melhorar o escoamento das águas pluviais, reduzir processos erosivos e preservar as condições de trafegabilidade das vias rurais.

A solução encontra-se alinhada à **Meta 1 do Plano de Trabalho do Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, que prevê a aquisição dos tubos para atendimento das necessidades de drenagem das estradas vicinais do Município.

Estimativa da quantidade

A estimativa da quantidade foi definida com base na **Meta 1 do Plano de Trabalho do Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, que estabelece a aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com 06 (seis) metros de comprimento cada**.

O diâmetro nominal de **1.200 mm** foi definido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme **Solicitação nº 282/26, de 21 de setembro de 2026**, considerando a necessidade identificada para as intervenções de drenagem nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município.

Item	Descrição	Unid.	Qtd.
1	Tubo corrugado do tipo pead com diâmetro de 1200 mm e com barra de 6 metros de comprimento, destinado para recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões.	UND	29

Estimativa do valor

O custo estimado da contratação será definido mediante **pesquisa de preços a ser realizada pelo setor competente**, observando os parâmetros previstos no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021** e demais regulamentações aplicáveis.

O valor estimado deverá contemplar todos os custos necessários ao fornecimento dos materiais, incluindo transporte, carga, descarga e demais despesas incidentes.

Os recursos destinados à execução da Meta 1 correspondem a **R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais)**, conforme Plano de Trabalho aprovado. Esse valor corresponde aos recursos disponíveis para a execução da meta e **não substitui a pesquisa de preços necessária para definição do valor estimado da contratação**.

Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

Considerando que o objeto é composto por materiais de **mesma natureza, especificação e finalidade**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de dispositivos de drenagem, entende-se pela contratação em **item único**.

A contratação em item único favorece a padronização dos materiais, facilita o recebimento e a fiscalização do objeto e reduz os custos administrativos decorrentes da gestão de múltiplos fornecedores.

A adoção do item único deverá preservar a competitividade do procedimento e observar a vantajosidade para a Administração, sem prejuízo da verificação, durante a pesquisa de preços e a elaboração do Termo de Referência, da existência de fornecedores aptos a atender integralmente ao quantitativo.

Contratações Correlatas

Não foram identificadas, neste momento, contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à aquisição dos tubos.

A utilização e instalação dos materiais poderá ser realizada pela própria Administração, mediante os recursos humanos, equipamentos e estrutura disponíveis, conforme planejamento das Secretarias responsáveis.

Alinhamento entre a contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada às ações da Administração Municipal voltadas à manutenção e melhoria da infraestrutura rural e ao fortalecimento das atividades agropecuárias.

A aquisição está diretamente vinculada ao **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, decorrente da **Emenda Parlamentar nº 202543310004 – Cristiane Lopes**, cuja Meta 1 prevê a aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados às intervenções de drenagem em estradas vicinais, carreadores e travessões.

A contratação também está compatível com a **classificação orçamentária indicada no Plano de Trabalho aprovado**, vinculada à aquisição de tubos PEAD.

Resultado(s) Pretendido(s)

Com a aquisição dos tubos, pretende-se:

- melhorar as condições de drenagem das estradas vicinais;
- reduzir alagamentos, erosões e danos provocados pelas águas pluviais;
- melhorar a trafegabilidade e a segurança dos usuários;
- contribuir para a conservação da infraestrutura viária rural;
- facilitar o transporte da população e o escoamento da produção agropecuária;
- promover a adequada aplicação dos recursos públicos vinculados ao Plano de Ação; e
- atender à **Meta 1 estabelecida no Plano de Trabalho do Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**.

Providências a serem tomadas

Para a adequada execução da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- elaboração do Termo de Referência pelo setor competente;
- realização da pesquisa de preços pelo setor competente;
- realização do procedimento de contratação cabível;
- designação dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da contratação;
- conferência dos materiais no recebimento, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Não se identifica, neste momento, necessidade de adequação de ambientes ou capacitação específica de servidores para a execução da contratação.

Possíveis impactos ambientais

A contratação apresenta **potencial de impacto ambiental relacionado principalmente ao transporte, armazenamento e utilização dos materiais**, devendo ser observadas as normas ambientais aplicáveis.

Deverão ser adotadas medidas adequadas quanto ao armazenamento, transporte e eventual geração e destinação de resíduos decorrentes da instalação dos tubos.

A utilização dos tubos para melhoria da drenagem poderá contribuir positivamente para a **redução de processos erosivos e dos impactos decorrentes do escoamento inadequado das águas pluviais**, promovendo melhores condições de conservação das estradas rurais.

Viabilidade

Diante das informações apresentadas, conclui-se pela viabilidade da solução proposta, estando o prosseguimento da contratação condicionado à realização da pesquisa de preços e à verificação da compatibilidade do valor estimado com os recursos disponíveis.

Novo Horizonte do Oeste-RO, 30 de setembro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **JOSIEL DE SOUZA SANTOS**, **SECRETARIO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:54, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos, informando o ID **357065** e o código verificador **A09CF67A**.

Referência: Processo nº 1-795/2026. Docto ID: 357065 v1

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O objeto visa à **aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025, no respectivo Plano de Trabalho e demais documentos que integram o processo administrativo, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Tubo corrugado do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, **com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento**, destinado à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e normas técnicas aplicáveis.	UND	29

1.2. A contratação observará as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis, sendo adotado o critério de julgamento compatível com a natureza do objeto e definido no procedimento de contratação.

1.3. O objeto está vinculado ao **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, cadastrado no Transferegov.br na modalidade Transferências Especiais, decorrente da **Emenda Parlamentar nº 202543310004 – Cristiane Lopes**, cuja Meta 1 prevê a aquisição de tubos corrugados do tipo PEAD, com **06 (seis) metros de comprimento**, sendo o **diâmetro de 1.200 mm** definido pela Administração conforme a necessidade identificada no processo.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de dispositivos de drenagem, especialmente bueiros, nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO.

2.1.1. A presente contratação está vinculada ao **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, decorrente da **Emenda Parlamentar nº 202543310004 – Cristiane Lopes**, tendo como finalidade **20 – Agricultura / 608 – Promoção da Produção Agropecuária**, e como Meta 1 a aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com 06 (seis) metros de comprimento cada**.

2.2. Conforme Plano de Trabalho aprovado, o objeto de execução corresponde à aquisição de tubos corrugados para bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões, encontrando-se a contratação diretamente relacionada à finalidade estabelecida no Plano de Trabalho.

2.3. A malha viária rural desempenha papel essencial para o desenvolvimento econômico e social do Município, sendo utilizada para o deslocamento dos moradores da zona rural, transporte escolar, acesso a serviços públicos, circulação de veículos e máquinas agrícolas e escoamento da produção agropecuária.

2.4. Durante os períodos chuvosos, a deficiência ou ausência de dispositivos adequados de drenagem pode provocar acúmulo e concentração de águas pluviais, ocasionando erosões, atoleiros, deterioração dos aterros, danos à estrutura das vias e, em situações mais graves, comprometimento da trafegabilidade.

2.5. A aquisição dos tubos corrugados de PEAD possibilitará à Administração Municipal dispor de materiais adequados para a implantação, recuperação e manutenção de bueiros e outros dispositivos de drenagem, proporcionando melhores condições para o escoamento das águas pluviais.

2.6. A utilização adequada dos dispositivos de drenagem contribui para a preservação da infraestrutura viária rural, redução dos processos erosivos, melhoria das condições de trafegabilidade e segurança dos usuários e continuidade do acesso às comunidades e propriedades rurais.

2.7. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Administração Municipal e está diretamente vinculada à **Meta 1 do Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**.

2.8. A especificação do **diâmetro nominal de 1.200 mm** foi definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme **Solicitação nº 282/26, de 21 de setembro de 2026**, considerando as necessidades identificadas para as intervenções de drenagem nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município.

2.9. Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de aplicação adequada dos recursos públicos provenientes da transferência especial, mediante aquisição dos materiais previstos no Plano de Trabalho e especificados pela Administração para atendimento da demanda, visando à melhoria da infraestrutura viária rural do Município.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução consiste na aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO.

3.2. Os materiais deverão atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis ao produto e à sua finalidade de utilização em sistemas de drenagem.

3.3. Os tubos deverão apresentar características de resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com sua utilização em dispositivos de drenagem de estradas vicinais e com as condições normais de transporte, armazenamento e instalação.

3.4. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, livres de defeitos de fabricação, trincas, deformações ou quaisquer outras irregularidades que comprometam sua utilização.

3.5. A solução adotada permitirá à Administração Municipal realizar intervenções de drenagem nos pontos identificados como prioritários, contribuindo para o adequado direcionamento das águas pluviais e para a redução de processos erosivos, alagamentos, atoleiros e danos às vias rurais.

3.6. A instalação dos tubos e a execução dos serviços de implantação dos bueiros **não integram o objeto desta contratação**, ficando o presente Termo de Referência limitado ao fornecimento dos materiais.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O contratado deverá atender a todas as especificações contidas na descrição detalhada do item constante neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

4.2. Efetuar a entrega dos itens conforme emissão da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento pela Administração Municipal.

4.3. A contratada deverá realizar a entrega dos materiais no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contado na forma estabelecida neste Termo de Referência, após o recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

4.4. Os tubos deverão ser fabricados em **Polietileno de Alta Densidade – PEAD**, possuir estrutura corrugada, **diâmetro nominal de 1.200 mm** e ser destinados à utilização em sistemas de drenagem.

4.5. Cada unidade deverá possuir **06 (seis) metros de comprimento**, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.6. O diâmetro nominal de **1.200 mm** corresponde à especificação definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme **Solicitação nº 282/26, de 21 de setembro de 2026**, considerando a necessidade identificada para as intervenções de drenagem nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município.

4.7. Os materiais deverão atender às normas técnicas aplicáveis ao produto, inclusive às especificações técnicas pertinentes à utilização de tubos corrugados de PEAD em sistemas de drenagem,

quando aplicáveis.

4.8. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e apresentar qualidade e resistência compatíveis com a finalidade para a qual serão utilizados.

4.9. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem trincas, rupturas, deformações, danos ou outros defeitos que possam comprometer sua utilização.

4.10. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar **amostra do produto ofertado**, quando solicitada pela Administração, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, contado da solicitação, para avaliação de conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.11. A amostra será avaliada quanto à compatibilidade com as características e especificações exigidas, especialmente quanto ao **material PEAD, estrutura corrugada, diâmetro nominal de 1.200 mm, comprimento de 06 (seis) metros e demais características técnicas previstas neste Termo de Referência**.

4.12. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, seguros, encargos e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas à entrega do objeto.

4.13. A contratada deverá entregar diretamente os materiais objeto da contratação, não podendo transferir a terceiros a responsabilidade integral pelo fornecimento, sem prejuízo das regras de subcontratação eventualmente admitidas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

4.14. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os materiais que apresentarem avarias, defeitos, vícios ou desconformidades em relação às especificações estabelecidas.

4.15. A contratada deverá comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, eventual impedimento para o cumprimento do prazo, apresentando justificativa devidamente fundamentada, sem prejuízo da análise e decisão da Administração quanto à eventual prorrogação, quando legalmente cabível.

4.16. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, compatíveis com as obrigações assumidas.

4.17. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, salvo disposição diversa devidamente justificada no instrumento de contratação.

4.18. A contratada deverá garantir a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos, responsabilizando-se pela substituição daqueles que forem considerados inadequados, defeituosos ou incompatíveis com as especificações.

4.19. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar catálogo, ficha técnica, certificado, declaração do fabricante ou documento equivalente que permita comprovar as características técnicas do produto ofertado.

4.20. Não será admitido o fornecimento de materiais usados, recondicionados, recuperados ou que apresentem características incompatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. A entrega deverá ocorrer na **Garagem Municipal da Agricultura, localizada na Av. Manoel Francisco de Lima Filho, S/N, Centro, Novo Horizonte do Oeste – RO, CEP 76.956-000**, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h30, salvo orientação diversa da Administração.

5.1.2. Todas as despesas relacionadas à entrega, incluindo frete, transporte, carga, descarga, pedágios, seguros e demais custos correlatos, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

5.2. A CONTRATADA deverá entregar o objeto no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

5.3. A entrega deverá observar integralmente os quantitativos e especificações constantes neste Termo de Referência, no instrumento de contratação e na respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.4. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados e protegidos contra danos decorrentes do transporte e manuseio.

5.5. Ao receber os materiais, a Administração realizará a verificação quantitativa e qualitativa, visando garantir a integridade e a conformidade dos produtos com as especificações contratadas.

5.6. Qualquer material que apresente desconformidade, avaria, defeito, dano ou característica incompatível com o objeto contratado poderá ser recusado pela Administração.

5.7. No caso de recebimento provisório de material que posteriormente seja identificado como incompatível com o objeto contratado, a CONTRATADA será comunicada para providenciar sua substituição, sem qualquer ônus para a Administração.

5.8. A substituição dos materiais recusados deverá ocorrer no prazo estabelecido pela fiscalização, considerando a natureza da irregularidade e a necessidade de continuidade da contratação, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

5.9. Todos os produtos entregues deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade, de procedência comprovável e estar de acordo com as especificações deste Termo de Referência e com as normas técnicas aplicáveis.

5.10. Aceita a entrega e constatada a conformidade dos materiais, será realizado o respectivo atesto na Nota Fiscal, observados os procedimentos administrativos para liquidação e pagamento.

5.11. Não sendo aceito o material entregue, a empresa contratada será comunicada para realizar a substituição ou correção necessária, de modo a adequar o objeto ao que foi originalmente contratado, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

5.12. Durante o recebimento, a Administração poderá exigir a substituição de qualquer material que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência, do instrumento convocatório, da proposta ou do contrato, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado pelo período correspondente, quando cabível, devendo as circunstâncias ser registradas nos autos do processo.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico institucional ou outro meio formal definido pela Administração.

6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados pela Administração.

6.6. A fiscalização deverá verificar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência, especialmente quanto aos quantitativos, especificações, qualidade e prazo de entrega dos materiais.

6.7. O fiscal do contrato deverá registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando as providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal deverá comunicar a contratada para adoção das medidas necessárias à correção, estabelecendo prazo adequado para o saneamento da ocorrência, quando cabível.

6.9. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do fornecimento no prazo estabelecido, o fiscal comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

6.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vício, defeito ou inadequação dos materiais fornecidos.

Gestor do Contrato

6.12. Cabe ao gestor do contrato:

6.12.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo os registros formais da execução, alterações e eventuais prorrogações;

6.12.2. Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato e as medidas adotadas para solução das ocorrências;

6.12.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento;

6.12.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

6.12.5. Tomar as providências necessárias para eventual instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, quando cabível;

6.12.6. Elaborar relatório final, quando aplicável, contendo informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação;

6.12.7. Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, após o cumprimento das condições estabelecidas.

7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 7.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

7.2.4. **Multa**, observados os critérios e limites estabelecidos na legislação aplicável e neste Termo de Referência.

7.2.4.1. Será aplicada multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou, em caso de inexecução total, sobre o valor total contratado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.

7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente, observada a legislação aplicável.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente certificada e atestada pelo fiscal do contrato, após o recebimento e aceitação dos materiais pela Administração.

8.2. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, sem erros ou inconsistências.

8.3. A CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura, os dados bancários necessários para realização do pagamento, não sendo aceito boleto bancário como condição para pagamento pela Administração.

8.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a contar a partir da reapresentação do documento devidamente corrigido.

8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo documento fiscal emitido com CNPJ diverso, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

8.6. Deverá acompanhar a Nota Fiscal ou Fatura a documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista exigida pela legislação vigente, quando cabível.

8.7. O pagamento somente será realizado após a comprovação da efetiva entrega, conferência e aceitação dos materiais pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento de contratação definido pela Administração, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

9.2. Considerando que o objeto possui características comuns e padronizadas no mercado, poderá ser adotada a modalidade de **Pregão Eletrônico**, caso assim definido pelo setor competente, observados os requisitos legais aplicáveis.

9.3. O critério de julgamento será o **menor preço por item**, considerando que o objeto é composto por **um único item**, correspondente ao fornecimento de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD.

9.4. A contratação em item único decorre da natureza uniforme do objeto e da necessidade de padronização dos materiais, sem prejuízo da competitividade do procedimento.

9.5. O fornecedor deverá apresentar proposta contendo descrição clara e completa do produto ofertado, com indicação das características técnicas necessárias à verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.6. A proposta deverá contemplar **tubos corrugados do tipo PEAD, com diâmetro nominal de 1.200 mm e comprimento de 06 (seis) metros por unidade**, destinados à utilização em bueiros de estradas vicinais, carreadores e travessões.

9.7. A Administração poderá exigir a apresentação de **amostra do produto ofertado**, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, contados da solicitação, para verificação de conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.8. Será considerada vencedora a proposta que, atendendo integralmente às exigências do instrumento convocatório e deste Termo de Referência, apresentar o **menor preço por item**, desde que o produto ofertado seja considerado compatível com as especificações exigidas e o preço seja considerado aceitável pela Administração.

9.9. A definição do diâmetro nominal de **1.200 mm** decorre da necessidade identificada pela **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, conforme Solicitação nº **282/26, de 21 de setembro de 2026**, devendo o produto ofertado atender integralmente a essa especificação.

10 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação será definido mediante pesquisa de preços realizada pela Administração, observando-se os parâmetros estabelecidos no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021** e demais regulamentações aplicáveis.

10.2. A pesquisa de preços deverá considerar produtos com especificações técnicas compatíveis com as estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto ao **tipo de material (PEAD), diâmetro nominal de 1.200 mm, comprimento de 06 (seis) metros e finalidade de utilização em sistemas de drenagem**.

10.3. O valor estimado deverá contemplar todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, encargos, seguros e demais despesas diretas e indiretas incidentes.

10.4. O Plano de Trabalho prevê, para a **Meta 1**, o montante de **R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais)** destinado ao investimento.

10.5. O valor previsto no Plano de Trabalho constitui referência quanto aos recursos disponíveis para execução da Meta 1, não correspondendo necessariamente ao valor da contratação, devendo o valor estimado e o valor efetivamente contratado resultar da pesquisa de preços e do procedimento de contratação, observada a compatibilidade com os preços praticados no mercado e a legislação aplicável.

10.6. A Administração deverá observar que o preço contratado seja compatível com os preços praticados no mercado, não sendo suficiente, para fins de demonstração da vantajosidade, apenas a existência de recursos disponíveis no Plano de Trabalho.

11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta da **Ficha Orçamentária nº 417 – Aquisição de Tubos PEAD – Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, no valor de **R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais)**.

11.2. A classificação orçamentária deverá ser conferida pelo setor competente antes da emissão do empenho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Novo Horizonte do Oeste - RO, 01 de outubro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **RONALDO DELAZARI**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:02, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

Documento assinado eletronicamente por **JOSIEL DE SOUZA SANTOS**, **SECRETARIO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:54, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos, informando o ID **357187** e o código verificador **DF97FCAB**.

Referência: Processo nº 1-795/2026. Docto ID: 357187 v1

ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

1- RISCOS - FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1	**Deficiência na definição da demanda**	
Probabilidade	Média	**Dano potencial**
		Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda
Ação Preventiva		**Responsável**
Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.		Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência		**Responsável**
Restabelecimento da demanda		Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 2	Não aprovação do Estudo Técnico ou do Termo de Referência.	
Probabilidade:	Baixa	**Dano potencial**
		Atraso no processo de contratação.
Ação Preventiva		**Responsável**
Instruir o Estudo Técnico e o Termo de Referência em estrita aderência às disposições dos normativos aplicados à contratação.		Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência		**Responsável**
Exposição do arcabouço legal em que a contratação deva ser realizada.		Equipe de Planejamento da Contratação

2- RISCOS - FASE DE LICITAÇÃO

Risco 3	Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.	
Probabilidade	Baixa	**Dano potencial**
		Encerramento da Licitação.
Ação Preventiva		**Responsável**
Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); Estabelecer rotinas de revisão.		Equipe de Licitação
Ação de Contingência		**Responsável**
Suspensão da licitação		Equipe de Licitação

3 - RISCOS GESTÃO DO CONTRATO

Risco 4	Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato

Probabilidade	Média	**Dano potencial** Deficiência na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a Administração
Ação Preventiva		**Responsável**
Capacitação de servidores; Conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato
Ação de Contingência		**Responsável**
Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato

Risco 5	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada.	
Probabilidade	Alta	**Dano potencial** Responsabilização subsidiária da Administração
Ação Preventiva		**Responsável**
Capacitação de servidores; Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato.
Ação de Contingência		**Responsável**
Conferência rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual		Fiscal técnico e administrativo, Gestor do Contrato.

Avaliação Qualitativa dos Riscos

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados na contratação.

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	**MODERADA**	**ALTA**
Risco 2	Risco 1	Risco 5
Risco 3	Risco 4	-

Documento assinado eletronicamente por **RONALDO DELAZARI**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:02, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

Documento assinado eletronicamente por **JOSIEL DE SOUZA SANTOS**, **SECRETARIO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:54, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos, informando o ID **357296** e o código verificador **795ADF16**.

Referência: Processo nº 1-795/2026. Docto ID: 357296 v1

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

PLANO DE AÇÃO

DADOS BÁSICOS

ANO
2025

PROGRAMA
09032025-2

SITUAÇÃO
Ciente

DADOS DO BENEFICIÁRIO

BENEFICIÁRIO
63.762.009/0001-50 - MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

UF
RO

CÓDIGO IBGE
1100502

IDH
0.634

BANCO
001 - Banco do Brasil

AGÊNCIA
4005-3

CONTA
15689-2

SITUAÇÃO DA CONTA
Conta Ativa

DADOS DA EMENDA PARLAMENTAR

EMEMDA PARLAMENTAR
202543310004-CRISTIANE LOPES

CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
R$ 0,00	R$ 396.000,00	R$ 396.000,00

DADOS COMPLEMENTARES DO PLANO DE AÇÃO

OBJETO DE EXECUÇÃO
999 - Objeto Único Não Padronizado – Demais - Aquisição de Tubos Corrugados para Bueiros em Estradas Vicinais, Carreadores e Travessões. UO 22101 Ação 20ZV

FINALIDADES
20-Agricultura / 60-Promoção da Produção Agropecuária

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES DO PLANO DE AÇÃO

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	SITUAÇÃO
034.***.***-04	14/11/2025 18:18	Ciente

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	SITUAÇÃO
603.***.***-91	31/10/2025 09:20	Plano de Trabalho em Elaboração/ Aguardando Envio para Análise
240.***.***-15	30/10/2025 11:51	Aguardando Ciência

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

EMPENHOS

LISTA DE EMPENHOS

MINUTA	EMPENHO	TIPO	VALOR	SITUAÇÃO
2025NME000075522	2025NE009269	Empenho Original	R$ 396.000,00	Enviado

DOCUMENTOS HÁBEIS

LISTA DE DOCUMENTOS HÁBEIS

MINUTA	EMPENHO	DH	OP	VALOR	SITUAÇÃO
2025MDH00009161	2025NE009269	2025TF007774	2025OP008786	R$ 396.000,00	Enviado

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

PLANO DE TRABALHO

DADOS BÁSICOS

SITUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
Aprovado

OS RECURSOS DO PLANO DE AÇÃO FORAM INDICADOS NO ORÇAMENTO PRÓPRIO DO BENEFICIÁRIO?
Sim

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
02.05.20.608.0006.1168.0.1.706 001.208 1.706.3110
02 PODER EXECUTIVO
05 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
20 AGRICULTURA
608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
0006 INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL
1168 AQUISIÇÃO DE TUBOS PEAD - PLANO DE AÇÃO: 09032025-2 -088350/2025 - PROGRAMA:09032025-2 – EMENDA PARLAMENTAR: 2025433100
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.1.706 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO
001.208 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL
3110 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO DECORRENTE DE EMENTA PARLAMENTAR INDIVIDUAL
FICHA DA DESPESA 451

DECLARO QUE OS RECURSOS DO PLANO DE AÇÃO NÃO SERÃO UTILIZADOS PARA DESPESA DE PESSOAL E SERVIÇO DA DÍVIDA?
Sim

PRAZO DE EXECUÇÃO
36 meses

ANEXOS

DESCRIÇÃO	NOME DO ARQUIVO
FICHA 451 - AQUISIÇÃO DE TUBOS - EMENDA RP6	FICHA 451 - AQUISIÇÃO DE TUBOS - EMENDA RP6.pdf

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	SITUAÇÃO
034.***.***-04	14/11/2025 18:18	Aprovado
603.***.***-91	13/11/2025 13:13	Enviado para análise

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	SITUAÇÃO
603.***.***-91	13/11/2025 13:13	Aguardando envio para análise
010.***.***-63	05/11/2025 18:50	Em complementação
603.***.***-91	31/10/2025 12:34	Enviado para análise
603.***.***-91	31/10/2025 12:33	Aguardando envio para análise
603.***.***-91	31/10/2025 09:49	Em elaboração

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

EXECUTORES DO PLANO DE TRABALHO

EXECUTOR #1

DADOS BÁSICOS

NOME

63.762.009/0001-50 - MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

OBJETO DE EXECUÇÃO

999 - Objeto Único Não Padronizado – Demais - Aquisição de Tubos Corrugados para Bueiros em Estradas Vicinais, Carreadores e Travessões. UO 22101 Ação 20ZV

DETALHAMENTOS DO OBJETO DE EXECUÇÃO

20 - Promoção da Produção Agropecuária / 608 - Promoção da Produção Agropecuária / Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais, pavimentação asfáltica e poliédrica, execução e manutenção de pontes, passagens molhadas , elementos de drenagem, estudos e diagnósticos técnicos e serviços profissionais, Contratação de serviços técnico-operacionais para melhoria das estradas vicinais, pontes, bueiros, mata-burros e calçamentos, transporte de material, material de consumo (calcário e entre outros), hora/máquina para revitalização de estradas vicinais.

CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
R$ 0,00	R$ 396.000,00	R$ 396.000,00

FINALIDADES

FINALIDADES

608-Promoção da Produção Agropecuária / 20-Agricultura

ANEXOS

DESCRIÇÃO	NOME DO ARQUIVO
FICHA 451 - AQUISIÇÃO DE TUBOS - EMENDA RP6	FICHA 451 - AQUISIÇÃO DE TUBOS - EMENDA RP6.pdf

METAS

META	QTD/UNIDADE	PRAZO	CUSTEIO	INVESTIMENTO
META 1: AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS DO TIPO PEAD, BARRA DE 06 METROS.	29/UN	36 mese(s)	R$ 0,00	R$ 396.000,00

ID: 357299 e CRC: 003512AE

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

DADOS BANCÁRIOS

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	SITUAÇÃO
001 - Banco do Brasil	4005-3	15689-2	Conta Ativa

CONSELHOS

CONSELHOS (E-MAIL)

cmasnovohorizonte@gmail.com

RESPONSÁVEL PELA ÚLTIMA NOTIFICAÇÃO	DATA
034.***.***-04 - LUCAS FERREIRA DA COSTA	2025-11-14T18:18:16.385145

ID: 357299 e CRC: 003512AE

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO # 1

DADOS BÁSICOS

NOME
63.762.009/0001-50 - MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

SITUAÇÃO
Em elaboração

TIPO
Parcial

DATA DO RELATÓRIO DE GESTÃO
25/03/2026 11:36

VALOR EXECUTADO
R$ 0,00

VALOR PENDENTE
R$ 396.000,00

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

DESEMPENHO DE METAS

META	EXECUÇÃO	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA	RESULTADOS
Meta #1: AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS DO TIPO PEAD, BARRA DE 06 METROS.	0%			

ANEXOS

DESCRIÇÃO	NOME DO ARQUIVO
contrato Nº032/202	CONTRATO Nº 32.2022.pdf
NOTA DE EMPENHO Nº 2134	NE_Nota_de_Empenho-2134.pdf
NOTA DE EMPENHO Nº 2135/22	NE_Nota_de_Empenho-2135.pdf
NOTA FISCAL 1ª MEDIÇÃO	NOTA FISCAL 1ª MEDIÇÃO.pdf
NOTA FISCAL 2º MEDIÇÃO	NOTA FISCAL DA 2º MEDIÇÃO.pdf
NOTA FISCAL 3º MEDIÇÃO	NOTA FISCAL DA 3º MEDIÇÃO.pdf
NOTA FISCAL 4º MEDIÇÃO	NOTA FISCAL DA 4º MEDIÇÃO.pdf
NOTA FISCAL 5º MEDIÇÃO	NOTA FISCAL DA 5º MEDIÇÃO.pdf

ID: 357299 e CRC: 003512AE

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

DESCRIÇÃO	NOME DO ARQUIVO
NOTA FISCAL DO 1ª ADITIVO CONTRATO 32	NOTA FISCAL 1ª ADITIVO.pdf

PROCESSO DE EXECUÇÃO - LIQUIDAÇÃO

DESCRITIVO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO - LIQUIDAÇÃO

—

ANEXOS

Nenhum anexo

CONTRATO

DESCRITIVO DO CONTRATO

—

ANEXOS

Nenhum anexo

DOCUMENTO DE LIQUIDAÇÃO

Nenhum documento de liquidação

ANEXOS

Nenhum anexo

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

DESCRITIVO DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS

—

ANEXOS

Nenhum anexo

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

—

HOUVE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO OU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR?

ID: 357299 e CRC: 003512AE

PLANO DE AÇÃO Nº 09032025-2-088350

Não

DECLARO ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 3º DA IN - TCU Nº 93?
Não

ANEXOS

Nenhum anexo

ANEXOS - GERAL

Nenhum anexo

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES DO RELATÓRIO DE GESTÃO

RESPONSÁVEL	DATA/HORA	SITUAÇÃO
499.***.***-91	25/03/2026 11:36	Em elaboração

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Documentos	**- PLANO DE AÇÃO**	**01/10/2026**

ID: **357299**
CRC: **003512AE**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **IARA DIAS DO NASCIMENTO**
Criação: **01/10/2026 11:20:38** Finalização: **01/10/2026 11:53:31**

Processo

Documento

MD5: **415D4B26D0E58F47D4DA8B8ED6823C56**

SHA256: **8DC1C9B9B7142339F0662592C7676F463AA11806AE30AC9542ECF2B931F21B70**

Súmula/Objeto:
PLANO DE AÇÃO

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	01/10/2026 11:20:38

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	01/10/2026 11:20:38

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 357299 e o CRC 003512AE.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS
ASSESSORIA TÉCNICA

PARECER Nº **858/2025/ASSESSORIA-CGPI/CGPI-SPOA/SPOA-MAPA/SE/MAPA**

PROCESSO Nº 21000.079093/2025-31

INTERESSADO: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO

1. ASSUNTO

1.1. Verificação do Plano de Trabalho de Transferências Especiais previstas no inciso I do art. 166-A da CF/88.

2. REFERÊNCIA

2.1. Art. 166-A, inciso I, da Constituição Federal de 1998.

2.2. Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro de 2019.

2.3. Instrução Normativa - TCU nº 93, de 17 de janeiro de 2024.

2.4. Portaria Conjunta MPO/MF/MGI/SRI-PR Nº 2, de 23 de abril de 2025.

2.5. Portaria Conjunta MF/MGI Nº 15, de 28 de julho de 2025.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se do Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025, cadastrado no Transferegov.br na modalidade Transferências Especiais, que tem como beneficiário o Município de Novo Horizonte do Oeste/RO, originário da Emenda Parlamentar nº 202543310004, com vistas à execução do objeto: A RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS BUEIROS LOCALIZADOS NAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, VIZANDO GARANTIR A DRENAGEM EFICIENTE DAS AGUAS PLUVIAIS E PREVENIR PROBLEMAS COMO ALAGAMENTOS, EROSÕES E ROMPIMENTO DE VIAS. AS AÇOES PROPOSTAS BUSCAM MELHORAR A INFRAESTRUTURA DE TRANPORTE RURAL, ASSEGURANDO CONDIÇOES ADEQUADAS DE TRAFEGABILIDADE DURANTE TODO ANO. A INTERVENÇÃO BENEFICIARÁ PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES ESSENCIAIS (EDUCAÇÃO, SAÚDE E COMERCIO) E A MOBILIDADE DOS MORADORES DA ZONA RURAL.
A INSTALAÇÃO DOS BUEIROS TEM A CONTRIBUIR DIRETAMENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO LOCAL E PARA A MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNINADES ATENDIDAS, REFORÇANDO O COMPROMISSO COM A MANUTENÇÃO E O FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL DO MUNICIPIO.

3.2. O instrumento possui um custo total de R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), para atendimento das despesas previstas.

3.3. A vigência estabelecida para a execução do objeto corresponde a 36 meses, em conformidade com o art. 4º da Instrução normativa - TCU nº 93/2024, a qual estipula limites de vigência, conforme os valores definidos para a ação, na forma a seguir:

> I - 36 meses, para transferências até R$ 2.500.000,00;
>
> II - 48 meses, para transferências acima de R$ 2.500.000,00 até R$ 5.000.000,00; ou

III - 60 meses, para transferências acima de R$ 5.000.000,00.

4. AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

4.1. Nos termos do art. 6º da Portaria Conjunta MF/MGI nº 15/2025, esta avaliação tem natureza objetiva e se fundamenta nos critérios estabelecidos no inciso I do §1º do art. 5º da referida norma, conforme segue:

a) **Da finalidade:** Constatou-se que o beneficiário garantiu a correta vinculação da finalidade indicada (20-Agricultura / 608-Promoção da Produção Agropecuária) no plano de trabalho com o objeto especificado na emenda, assegurando que ambas as partes estejam alinhadas com os objetivos propostos;

b) **Das Metas:** Quanto a mensurabilidade das metas estabelecidas para a execução do presente plano de ação, este setor ministerial concentrou-se a presente avaliação na meta do quadro abaixo, por estar diretamente associada à finalidade da aquisição do objeto ou da execução do serviço para o fomento ao setor agropecuário. Essa abordagem está alinhada com as políticas públicas do Ministério e conforme a Instrução Normativa MAPA nº 25, de 12 de julho de 2023, a qual estabelece os produtos e serviços que devem receber apoio preferencial por meio da Ação Orçamentária 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário, via transferências de recursos da União, conforme os programas e projetos do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), conforme quadro abaixo:

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Quantidade	Meses Previstos para Execução	Valor (R$)
Meta 1 AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS DO TIPO PEAD, BARRA DE 06 METROS.	UN	29	36 meses	R$ 396.000,00

c) **Das proibições legais:** O ente beneficiário declarou de forma sistêmica que os recursos não serão destinados ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, incluindo ativos, inativos e pensionistas, além de encargos referentes ao serviço da dívida;

d) **Da Vigência:** O prazo indicado para a execução do plano de trabalho conforme exposto no quadro acima, encontra-se compatível com os limites previstos no art. 4º da Instrução Normativa - TCU nº 93, de 17 de janeiro de 2024, conforme a faixa de valor da transferência;

e) **Da Competência institucional:** Verificou-se a existência da compatibilidade do objeto do plano de trabalho com as áreas de competência do executor da transferência especial, de modo a assegurar que as ações propostas estão plenamente alinhadas com as atribuições do ente responsável; e

f) **Do controle social:** Foi verificado a existência de e-mail do conselho local ou instância de controle social e do tribunal de contas sob jurisdição do ente beneficiário, para possibilitar a notificação automática pelo sistema Transferegov.br.

5. CONCLUSÃO

5.1. Com base na avaliação realizada referente a meta no quadro da alínea b do item 4.1, constata-se que o plano de trabalho atende aos critérios legais, técnicos e operacionais estabelecidos pelas normas de regência, **não havendo óbices à sua aprovação**.

5.2. Ressalta-se que, conforme dispõe o art. 5º da Portaria Conjunta MF/MGI nº 15/2025, a presente avaliação refere-se exclusivamente à compatibilidade do plano com as políticas públicas do órgão setorial, sendo o acompanhamento da execução e da aplicação dos recursos responsabilidade do respectivo Tribunal de Contas.

5.3. Dessa forma, com respaldo na documentação apresentada e na conformidade com os parâmetros normativos, **recomenda-se a aprovação do Plano de Trabalho em questão**, conforme Checklist constante nos autos do processo.

5.4. Submeto o presente parecer à apreciação do Coordenador-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI.

Atenciosamente,

(Documento datado e assinado eletronicamente)
CARINA BEZERRA DA SILVA
Assessora Técnica
Coordenação - Geral de Parcerias Institucionais
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

De acordo.

(Documento datado e assinado eletronicamente)
ÉDER OLIVEIRA SANTOS E SILVA
Coordenador-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

Aprovo a verificação do Plano de Trabalho.

(Documento datado e assinado eletronicamente)
FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

Documento assinado eletronicamente por **CARINA BEZERRA DA SILVA**, **Assessor Técnico(a)**, em 14/11/2025, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **EDER OLIVEIRA SANTOS E SILVA**, **Coordenador-Geral de Parcerias Institucionais**, em 14/11/2025, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO**, **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 14/11/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **48266116** e o código CRC **E7DD6CF9**.

Referência: Processo nº 21000.079093/2025-31 SEI nº 48266116

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Documentos	**- PARECER DO PLANO DE AÇÃO**	**01/10/2026**

ID: **357301**
CRC: **4D3CF6BE**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **IARA DIAS DO NASCIMENTO**
Criação: **01/10/2026 11:22:11** Finalização: **01/10/2026 11:53:35**

Processo



Documento



MD5: **86E58040F7D54F63E272E84BB2AFCCF3**

SHA256: **26426A8C334CA918CC23A85E17C7A57322605B2F12FFDB503640522DF923554F**

Súmula/Objeto:

PARECER DO PLANO DE AÇÃO

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	01/10/2026 11:22:11

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	01/10/2026 11:22:11

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 357301 e o CRC 4D3CF6BE.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2026

PROCESSO Nº 648/2026
PREGÃO Nº 28/SEMOSP/2026

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Prefeitura Municipal de Machadinho D´Oeste, na Sala da CPL, situada na Av. Rio de Janeiro, 3098 Centro, MDO/RO, neste ato representado pela Srª Talita Rosalem Ferreira, Gestora do Registro de Preços nomeada através da portaria nº 439/2025 de 16 de junho de 2025, e a empresa: **AGROHIL COMERCIAL LTDA**, devidamente inscrita no **CNPJ n° 14.991.877/0001-04**, situada à Rua Quinze de Novembro, n° 1199 Bairro: Centro, CEP: 76.900.105, na Cidade de Ji-Paraná/RO, Tel (69) 9.9387-7086 representada legalmente pelo Sr. Charles Roberto Hilgert, inscrito no CPF nº 457.230.xxx-20. Considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão eletrônico para fins de REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas, nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), homologada pelo o Excelentíssimo Sr. Prefeito Paulo Henrique dos Santos (ID 1061781), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 4175 de 22 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por finalidade **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE TUBOS PEAD CORRUGADO, TUBOS METALICOS CORRUGADO** em atendimento as necessidades das Secretarias que fazem parte da administração, conforme itens descritos no Termo de Referência, anexo I deste edital que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2 PRODUTOS REGISTRADOS.

EMPRESA VENCEDORA: AGROHIL COMERCIAL LTDA - CNPJ Nº 14.991.877/0001-04

ITEM	OBJETO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	MARCA
01	**TUBO CORRUGADO PEAD** (Polietileno Expansível de Alta Densidade) de parede dupla; sendo a parede interna lisa, diâmetro médio: **900mm**; peso médio mínimo (kg/6 m): 180,0kg; tubos/barras com 6 metros úteis (bruto) de comprimento, com bolsa íntegra e anel de vedação - sistema ponta bolsa.	Und	50	R$ 6.799,00	Tigre / PEAD - ADS 900 MM
02	**TUBO CORRUGADO PEAD** (Polietileno Expansível de Alta	Und	50	R$ 12.900,00	Tigre / PEAD -ADS 1200 MM

ID: 358963 e CRC: E34E3203

	Densidade) de parede dupla; sendo a parede interna lisa, diâmetro médio: **1200mm**; peso médio mínimo (kg/6 m): 305,0kg; tubos/barras com 6 metros úteis (bruto) de comprimento, com bolsa íntegra e anel de vedação - sistema ponta bolsa.				

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1 O órgão gerenciador será o Departamento do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste.

3.2 Caberá ao Departamento do Sistema de Registro de Preço, órgão vinculado a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66 do Decreto municipal 4175/2023.

3.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 81 do Decreto municipal 4175/2023.

3.2 Além de gerenciador, também poderá haver outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de municipal de Machadinho D'Oeste/RO que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

4.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

4.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

ID: 358963 e CRC: E34E3203

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Cotação	**de Média 1**	**09/10/2026**

ID: **358963**
CRC: **E34E3203**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **SIDINEI POLATTO**
Criação: **09/10/2026 12:11:22** Finalização: **09/10/2026 12:13:18**

Processo

Documento

MD5: **CFCB369F3E45BCB8DE83140A7BA94463**

SHA256: **66CF538CE15DD94548136E0FFD7F62B081F9C3486EC2E7D0F92351E21CBD98DE**

Súmula/Objeto:
de Média 1

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	09/10/2026 12:11:22

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	09/10/2026 12:11:22

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 358963 e o CRC E34E3203.

ESTADO DO MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU
GABINETE DO PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico Nº 000025/2024

Processo: 006597 / 2024
Termo Nº 000186/2024
Empresa: CLAUDIA CRISTINA DE SOUZA SILVA
CNPJ: 53.393.264/0001-19
Endereço: AVENIDA MAURO MARQUES DA SILVA, 176 - VILA ANTONIO - SÃO PAULO - SP - CEP: 05376030
Validade - 12 (doze) Meses
DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços e as especificações do objeto registrados na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

Lote	*Especificação*	*Quantidade*	*Preço Ofertado*	*Valor Total*
00003	TUBO PEAD CORRUGADO DN/DI 1000MM COM 6 METROS COM ANEL tubo pead corrugado dn/di 1000mm com 6m com aneltubo para drenagem pluvial diâmetro nominal/diâmetro interno (dn/di), confeccionado em pead/polietileno de alta densidade virgem, classe de rigidez sn4: corrugado externamente e liso internamente, dupla parede, espessura mínima da parede interior de 5,0 mm, acoplagem ponta/bolsa/anel de vedação de borracha, cor preta, comprimento 6 metros, em conformidade com abnt nbr iso 21138/2016, garantia mínima 12 meses contra defeito de fabricação. cota UNID - Tubo Pead	87,000	6.812,770	592.710,990
00004	TUBO PEAD CORRUGADO DN/DI 1200MM COM 6 METROS COM ANEL tubo pead corrugado dn/di 1200mm com 6m com anel tubo para drenagem pluvial diâmetro nominal/diâmetro interno (dn/di), confeccionado em pead/polietileno de alta densidade virgem, classe de rigidez sn4: corrugado externamente e liso internamente, dupla parede, espessura mínima da parede interior de 5,0 mm, acoplagem ponta/bolsa/anel de vedação de borracha, cor preta, comprimento 6 metros, em conformidade com abnt nbr iso 21138/2016, garantia mínima 12 meses contra defeito de fabricação. cota UNID - Tubo Pead	100,000	9.778,940	977.894,000

Valor Total: **1.570.604,99**

Ata de Registro de Preços 01/2024

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, o MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MG, inscrito no CNPJ/MF n.º 18.385.088/0001-72, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras, Paulo Cesar Ferraz, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº MG-12.207.125 SSP/MG e CPF nº 306.241.346-87, residente e domiciliado no Córrego do Retiro, Zona Rural, no Distrito de São Pedro do Avaí, nesta cidade doravante denominado GERENCIADOR, e do outro lado, CLAUDIA CRISTINA DE SOUZA SILVA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 53.393.264/0001-19, com sede na AVENIDA MAURO MARQUES DA SILVA, Nº 176, VILA ANTONIO - SÃO PAULO/SP - CEP: 05.376-030, doravante denominado DETENTOR, neste ato representado por seu representante legal infra assinado, e perante as testemunhas abaixo firmadas, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em conformidade com o processo licitatório "PREGÃO ELETRÔNICO" n.º 000025, realizado em 01 de agosto de 2024, que reger-se-á pela Lei 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 30 de 24 de fevereiro de 2024 e conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para Aquisição de TUBOS PEAD CORRUGADO DN/DI 1000 MM E 1200 MM COM 6 METROS COM ANEL DE VEDAÇÃO para intervenções de rede pluvial no perímetro urbano e distritos do Município de Manhuaçu, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta de preços.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem ano Anexo I

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Cotação	**de Média 2**	**09/10/2026**

ID: **358964**
CRC: **F1EA6B69**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **SIDINEI POLATTO**
Criação: **09/10/2026 12:13:50** Finalização: **09/10/2026 12:14:36**

Processo

Documento

MD5: **83A583C893EAD9C20D0A833485BBD3D8**

SHA256: **29D17B768D010036570C3758DAC7F53B889EDB4D0B0E48C03729C599C81CC52C**

Súmula/Objeto:
de Media 2

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	09/10/2026 12:13:50

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	09/10/2026 12:13:50

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 358964 e o CRC F1EA6B69.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2026

VALIDADE
07/08/2027

Homologado aos 5 dias do mês de Agosto de 2026, de um lado o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT**, com sede na mato grosso, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 24.772.287/0001-36, neste ato, representado pelo(a) **Ordenador(a) de Despesa, Sr(a). EDILSON ANTONIO PIAIA**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2XXXX4 SESP e inscrito no CPF nº 390.XXX.XXX-91, residente e domiciliado na GOIÁS, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2026**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA	CNPJ 49.392.317/0002-90
Endereço AVENIDA PREFEITO OSMAR CUNHA	Nº
Bairro CENTRO	
Cidade FLORIANOPOLIS/SC	CEP 88015100
Email solarservpc@gmail.com	Telefone (35) 3042-1940
Representante Legal LEONARDO DE OLIVEIRA MACHADO	CPF 086.XXX.XXX-33

SEQ.	CODIGO	DESCRIÇAO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
3	49824	TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), LISO INTERNAMENTE E CORRUGADO EXTERNAMENTE, EM BARRAS DE 6M DE COMPRIMENTO, COR PRETA, PIGMENTADA COM NEGRO DE FUMO, COM DIÂMETRO NOMINAL DN/DI 400 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL, BOLSA INTEGRADA E ANEL DE VEDAÇÃ Detalhamento: TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), LISO INTERNAMENTE E CORRUGADO EXTERNAMENTE, EM BARRAS DE 6M DE COMPRIMENTO, COR PRETA,	UN - UNIDADE	CIMFLEX CIMFLEX ECODREN SN4 - DNIT 094 - 6MTS	150,00	1.198,8800	179.832,00

MATO GROSSO, nº 66 - CENTRO - CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - 78360000
Fone: 65 3380-0500 ramal 305 - Email: licitacao@camponovodoparecis.mt.gov.br
ID: 358965 e CRC: 1A51FE94

		PIGMENTADA COM NEGRO DE FUMO, COM DIÂMETRO NOMINAL DN/DI 400 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL, BOLSA INTEGRADA E ANEL DE VEDAÇÃO CLASSE DE RIGIDEZ SN4, CONFORME NORMA NBR 21.138 E DNIT 094/2014.					
4	49825	TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), LISO INTERNAMENTE E CORRUGADO EXTERNAMENTE, EM BARRAS DE 6M DE COMPRIMENTO, COR PRETA, PIGMENTADA COM NEGRO DE FUMO, COM DIÂMETRO NOMINAL DN/DI 600 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL, BOLSA INTEGRADA E ANEL DE VEDAÇÃ Detalhamento: TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), LISO INTERNAMENTE E CORRUGADO EXTERNAMENTE, EM BARRAS DE 6M DE COMPRIMENTO, COR PRETA, PIGMENTADA COM NEGRO DE FUMO, COM DIÂMETRO NOMINAL DN/DI 600 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL, BOLSA INTEGRADA E ANEL DE VEDAÇÃO CLASSE DE RIGIDEZ SN4, CONFORME NORMA NBR 21.138 E DNIT 094/2014.	UN - UNIDADE	CIMFLEX CIMFLEX ECODREN SN4 - DNIT 094 - 6MTS	150,00	2.189,8800	328.482,00
5	49946	TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), LISO INTERNAMENTE E CORRUGADO EXTERNAMENTE, EM BARRAS DE 6M DE COMPRIMENTO, COR PRETA, PIGMENTADA COM NEGRO DE FUMO, COM DIÂMETRO NOMINAL DN/DI 800 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL, BOLSA INTEGRADA E ANEL DE VEDAÇÃ Detalhamento: TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), LISO INTERNAMENTE E CORRUGADO EXTERNAMENTE, EM BARRAS DE 6M DE COMPRIMENTO, COR PRETA, PIGMENTADA COM NEGRO DE FUMO, COM DIÂMETRO NOMINAL DN/DI 800 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL, BOLSA INTEGRADA E ANEL DE VEDAÇÃO CLASSE DE RIGIDEZ SN4, CONFORME NORMA NBR 21.138 E DNIT 094/2014.TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), LISO INTERNAMENTE E CORRUGADO EXTERNAMENTE, EM BARRAS DE 6M DE COMPRIMENTO, COR PRETA, PIGMENTADA COM NEGRO DE FUMO, COM DIÂMETRO NOMINAL DN/DI 800 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL, BOLSA INTEGRADA E ANEL DE VEDAÇÃO CLASSE DE RIGIDEZ SN4, CONFORME NORMA NBR 21.138 E DNIT 094/2014.	UN - UNIDADE	CIMFLEX CIMFLEX ECODREN SN4 - DNIT 094 - 6MTS	50,00	3.936,8800	196.844,00
2	53873	TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), LISO INTERNAMENTE E CORRUGADO EXTERNAMENTE, EM BARRAS DE 6M DE COMPRIMENTO, COR PRETA, PIGMENTADA COM NEGRO DE FUMO, COM DIÂMETRO NOMINAL DN/DI 1200 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL, BOLSA INTEGRADA E ANEL DE VEDAÇ Detalhamento: TUBO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), LISO INTERNAMENTE E CORRUGADO EXTERNAMENTE, EM BARRAS DE 6M DE COMPRIMENTO, COR PRETA, PIGMENTADA COM NEGRO DE FUMO, COM DIÂMETRO NOMINAL DN/DI 1200 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL, BOLSA INTEGRADA E ANEL DE VEDAÇÃO CLASSEDE RIGIDEZ SN4, CONFORME NORMA NBR 21.138 E DNIT 094/2014.	UN - UNIDADE	CIMFLEX CIMFLEX ECODREN SN4 - DNIT 094 - 6MTS	20,00	8.817,8800	176.357,60

MATO GROSSO, nº 66 - CENTRO - CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - 78360000
Fone: 65 3380-0500 ramal 305 - Email: licitacao@camponovodoparecis.mt.gov.br
ID: 358965 e CRC: 1A51FE94

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Cotação	**de Média 3**	**09/10/2026**

ID: **358965**
CRC: **1A51FE94**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **SIDINEI POLATTO**
Criação: **09/10/2026 12:14:47** Finalização: **09/10/2026 12:16:02**

Processo

Documento

MD5: **0BBACFA38DFB2A60AB622F820F6F7C8B**

SHA256: **0B0BD67E9FA4A22195FA273C0A29B94A6E9434C591C70D79546416633E0E5A01**

Súmula/Objeto:
de Media 3

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	09/10/2026 12:14:47

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	09/10/2026 12:14:47

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 358965 e o CRC 1A51FE94.

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AV. ELZA VIEIRA LOPES, 4803

CNPJ : 63.762.009/0001-50

Lista com a média dos valores cotados agrupada por centro de custo

Número da Cotação: 00282/26 **Data: 21/09/2026** **Abertura: 02/10/2026** **Encerramento: 02/10/2026**

Centro de Custo: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	034.002.016	TUBO CORRUGADO DO TIPO PEAD 1200 MM COM 6 METRO	29	10.498,94	304.469,26
		TOTAL POR CENTRO DE CUSTO	29	10.498,94	304.469,26
		TOTAL	29	10.498,94	304.469,26

ID: 358966 e CRC: EF1821C4

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Cotação	**Media de Valores**	**09/10/2026**

ID: **358966**
CRC: **EF1821C4**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **SIDINEI POLATTO**
Criação: **09/10/2026 12:16:18** Finalização: **09/10/2026 12:17:38**

Processo

Documento

MD5: **5BAFAC98330CC15CCACC256956723899**

SHA256: **E1E6FFE275B19A147A8ED31F9ABC08731AD9C3BEB4EADC605B199306E2660146**

Súmula/Objeto:

Media de Valores

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	09/10/2026 12:16:18

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	09/10/2026 12:16:18

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 358966 e o CRC EF1821C4.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

Nota de Reserva Orçamentária

Nota de Reserva Orçamentária nº 1339 **Data: 10/11/2026**

Ficha: 417 **Processo Nº:** 0795/2026
Unidade: 020400 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Funcional: 20.608.0006.1199.0000
Cat. Econômica: 4.4.90.52.00 - DESPESAS DE CAPITAL
Código de Aplicação: 001.208 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL
Fonte de Recurso: 2.706.3110 - Transferência Especial da União
Fonte STN: 2.706 - Transferência Especial da União (Exerc.Anterior)

Dotação	Emp. até a data	Saldo atual	Reserva até a data	Saldo atual com reserva
396.000,00	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00

Histórico:
Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD

Valor da reserva: **304.469,26**
Saldo atual com reserva (depois): **91.530,74**

Documento assinado eletronicamente por **JOSIEL DE SOUZA SANTOS**, **SECRETARIO MUNICIPAL**, em 10/11/2026 às 11:16, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

Documento assinado eletronicamente por **RONALDO DELAZARI**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 10/11/2026 às 11:38, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos, informando o ID **365611** e o código verificador **958AEE61**.

Referência: Processo nº 1-795/2026. Docto ID: 365611 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

DECRETO Nº 158/2026

"Designa o Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE*, Estado de Rondônia, o Sr. RONALDO DELAZARI, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei orgânica do Município,*

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor **MARCOS ANTONIO DA SILVA** para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO do Município de Novo Horizonte do Oeste, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a).

Art. 2º Ficam designados os servidores **LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA,** e **JUCIELEN ALBUQUERQUE DE SOUZA** para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro(a) no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro, dentre outras estabelecidas em regulamento, a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório, o recebimento das propostas, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, a análise dos documentos fiscais, e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

ID: 365785 e CRC: 0A42631E7

§ 2º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, sobretudo o Decreto n. 271/2025.

Novo Horizonte do Oeste – RO, 28 de agosto de 2026.

RONALDO DELAZARI
PREFEITO MUNICIPAL
(assinado digitalmente)

ID: 365785 e CRC: 0A42E31E7

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	**158/2026**	**28/08/2026**

ID: **348684**
CRC: **4832F1E0**
Processo: **0-0/0**
Usuário: **SIDNEI FURTADO MENDONCA**
Criação: **28/08/2026 10:52:55** Finalização: **28/08/2026 10:54:43**

Processo Documento

MD5: **6D2B043AA822107190A755F77710FD91**

SHA256: **49C299760C6AF55E80D3943FBB57469633D2D685C97158FD9264276C31E72104**

Súmula/Objeto:

DECRETO Nº 158/2026 "Designa o Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021".

INTERESSADOS

RONALDO DELAZARI	NOVO HORIZONTE DO OE	RO	28/08/2026 10:54:34

ASSUNTOS

DECRETO	28/08/2026 10:54:11

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

RONALDO DELAZARI	PREFEITO MUNICIPAL	28/08/2026 10:57:17

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

CARLOS ARAUJO PEREIRA	DIRETOR DE GABINETE	28/08/2026 11:13:55

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br informando o ID 348684 e o CRC 4832F1E0.

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	**Pregoeiro**	**10/11/2026**

ID: **365715**
CRC: **DAE683E7**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **MARCOS ANTONIO DA SILVA**
Criação: **10/11/2026 12:23:10** Finalização: **10/11/2026 12:24:37**

Processo

Documento

MD5: **FA4F890FE5E0D82D9FC1A4F34C988FB7**

SHA256: **902E168DE16C5414357B3A8BA14E7C3F8055A9698314D4034C0DDA0A8ED88236**

Súmula/Objeto:

Decreto

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	10/11/2026 12:23:10

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	10/11/2026 12:23:10

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 365715 e o CRC DAE683E7.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/CPL/2026

OBJETO

Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025, Plano de Trabalho, conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R$** R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil, reais)**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/2026** às **10h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço GLOBAL]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL

NÃO

ID: 365718 e CRC: 223C147D

1. EDITAL.....Pg 01 ao 20
15 COTAÇÃO MÉDIA DOS VALORES..... Pg 21
16 DECLARÇÃO UNIFICADA..... Pg 22
17 MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... Pg 23 ao 33
18 TERMO DE REFERENCIA..... Pg 31 ao 37



ID: 365718 e CRC: 223C147D

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/CPL/2026

Processo Administrativo n° 795/SEMAGRI/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste, RO, através da Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediada na Av. Elza Vieira Lopes nº 4803, Bairro Centro – CEP 76.956-000. Torna-se público O Edital **Nº 37/CPL/2026**, tendo como objeto. Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025 Plano de Trabalho, e seus anexos. Sendo através da Secretaria Municipal de AGRICULTURA. Conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, o qual será realizado na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo como forma de julgamento Menor Preço Por GLOBAL, tudo baseado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 44/2023, de 06 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1- DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025 Plano de Trabalho e especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos**.

1.2. *A licitação será por VALOR GLOBAL, conforme tabela constante do Anexo I do edital.*

1.3. *Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo N° 795/SEMAGRI/2026 e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.*

1.4. *Todas as informações, exigências e determinações contidas no Termo de Referência são de responsabilidade exclusiva da Secretaria requisitante, que as elaborou e validou, cabendo-lhe a responsabilidade técnica pelos cálculos, valores e especificações apresentadas.*

1.5. *À Comissão Permanente de Licitação compete assegurar a legalidade, regularidade e conformidade do procedimento licitatório, observando e aplicando as informações fornecidas pela Secretaria requisitante, sem prejuízo de sua responsabilidade administrativa quanto ao fiel cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.*

1.6. *É importante salientar que o Objeto deste certame fora solicitado pela secretaria requisitante e autorizado pelos SECRETARIOS RESPONSSAVEIS DA PASTA, assim como a descrição dos itens e quantitativos solicitados.*

2- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Licitanet. **(www.licitanet.com.br).**

2.2. licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

ID: 365718 e CRC: 223C147D

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. *O presente edital NÃO será exclusivo para ME/EPP Para os lotes haja visto que o valor está acima de R$ 80.000,00 previsto no art. 48 da LC nº 123/2006. Contudo, não há qualquer impedimento à participação dessas empresas, que poderão concorrer em igualdade de condições com as demais licitantes, usufruindo dos benefícios previstos nos arts. 44 e 45 da referida Lei Complementar, especialmente quanto ao tratamento diferenciado e ao empate ficto.*

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aqueles que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.12. Justificativa Técnica para Vedação de Consórcios

ID: 365718 e CRC: 223C147D

2.6.13. A vedação à participação de consórcios no Pregão Eletrônico nº 37/CPL/2026 encontra respaldo em motivações técnicas e administrativas que visam garantir maior eficiência, segurança jurídica e economicidade ao certame. Os principais fundamentos são:

2.6.14. 1. Natureza do Objeto

2.6.15. • O objeto da licitação consiste na aquisição de materiais permanentes novos, em conformidade com especificações padronizadas e previamente definidas.

2.6.16. • Trata-se de fornecimento de bens homogêneos, de fácil acesso no mercado e sem necessidade de integração de diferentes especialidades técnicas.

2.6.17. • Assim, não há justificativa técnica para a formação de consórcios, que normalmente se destinam a obras ou serviços complexos e multidisciplinares.

2.6.18. 2. Responsabilidade Contratual

2.6.19. • A participação de consórcios implica responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas, o que pode dificultar a gestão contratual e a responsabilização em caso de inadimplemento.

2.6.20. • Em contratos de fornecimento parcelado e contínuo, como o previsto no Sistema de Registro de Preços, a Administração necessita de responsável único e direto, evitando disputas internas entre consorciadas.

2.6.21. Risco de Fragmentação da Execução

2.6.22. A participação de consórcios poderia gerar **fragmentação da execução**, com diferentes empresas fornecendo os materiais para a execução do serviço.

2.6.23. 4. Simplificação e Celeridade

2.6.24. O pregão eletrônico, por sua natureza, busca **celeridade e simplificação** do procedimento.

2.6.25. A análise de documentação de consórcios é mais complexa, pois exige verificação individual de cada consorciada e do instrumento de constituição do consórcio.

2.6.26. Essa complexidade é incompatível com a modalidade pregão, que privilegia rapidez e objetividade.

2.6.27. 5. Garantia de Competitividade

2.6.28. O mercado de Aquisição de tubos corrugado PEAD, é composto por empresas de grande porte, concessionárias e distribuidoras com plena capacidade de atender individualmente ao objeto.

2.6.29. A vedação a consórcios não restringe a competitividade, pois há ampla oferta de fornecedores aptos a participar isoladamente.

2.6.30. Pelo contrário, evita que grupos de empresas se unam artificialmente para **concentrar mercado** e reduzir a disputa.

2.6.31. 6. Precedentes e Boas Práticas

2.6.32. Órgãos de controle, como o TCU, já reconheceram que a vedação a consórcios é legítima quando o objeto não demanda especialidades distintas ou quando a participação consorciada pode comprometer a eficiência da contratação.

2.6.33. A adoção dessa medida está alinhada às boas práticas de gestão pública e ao princípio da economicidade.



2.7. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

3.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.1.1.*valor GLOBAL dos Itens.*

3.1.2. Marca;Modelo

3.1.3.*Fabricante;*

3.1.4.*Quantidade cotada,* devendo *respeitar o máximo SOLICITADO*

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

ID: 365718 e CRC: 223C147D

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

3.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

3.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a propostas ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.3. O sistema disponibilizará em campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, caso seja necessário.

4.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **global.**

4.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

4.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme parametrizado no sistema junto à Licitanet. **((www.licitanet.com.br).**

4.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

4.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

4.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.12.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

ID: 365718 e CRC: 223C147D

4.12.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **30 (trinta) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada no dia útil seguinte conforme horário feito na comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.18. A presente licitação não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, apenas para os itens expressamente indicados no Anexo I deste edital.

4.19. Caso haja itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pela Lei 14.133/2021 e Decreto 11.462/2023.

4.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.19.4. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

4.19.4.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

ID: 365718 e CRC: 223C147D

4.19.4.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

4.19.4.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.19.4.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.19.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.19.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

4.19.5.2. empresas brasileiras;

4.19.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.19.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.19.6. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.19.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.19.8. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

4.19.9. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.19.10. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5- DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Do Critério de Julgamento por Menor Preço Global

Nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o presente certame adota como critério de julgamento o **Menor Preço Global**, conforme definido no Termo de Referência e demais anexos deste Edital, pelos seguintes fundamentos:

5.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

ID: 365718 e CRC: 223C147D

5.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

5.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

5.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

5.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

5.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

5.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. contiver vícios insanáveis;

5.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. No caso de haver indício de inexequibilidade da proposta para bens e serviços em geral.

5.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- contiver vícios insanáveis;
- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o fornecedor será convocado a apresentar planilha de custos que comprove a viabilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa



ID: 365718 e CRC: 223C147D

comprove a exequibilidade da proposta. cabendo ao Pregoeiro decidir pela sua aceitação ou desclassificação, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6- DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

c) Certidão de Consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011. (https://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao);

d) Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada. (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou Site: https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf (No caso específico da consulta ao SICAF, constante do inciso II, do Art. 44, da Portaria Interministerial nº 424/2016, como não há obrigatoriedade de a empresa ser cadastrada no referido sistema a consulta deverá ser realizada.

6.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, em conformidade com o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, que prevê, dentre as sanções aplicáveis ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público.

6.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro/Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.1.6. CASO HAJA INADIMPLÊNCIA O LICITANTE SERÁ INABILITADO.

ID: 365718 e CRC: 223C147D

6.2. Os documentos Exigidos neste edital e no termo de referência são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômica e capacidade técnica da empresa e garantir que está apta realizar o objeto da licitação. Sendo assim serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. **Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos A SEGUIR:**

a) Registro na Junta Comercial da respectiva sede da licitante, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

b) Em caso de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado ou inscrito na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

d) Em caso de **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

e) Em caso de **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de sociedade civil, Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da diretoria em exercício;

g) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

i) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

j) Se a empresa se fizer representar por PROCURADOR, faz-se necessário a apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

6.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA


ID: 365718 e CRC: 223C147D

6.3.1. Para a Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista deverão ser juntados os seguintes documentos:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Classificação Nacional de Atividade Econômica, no serviço necessário para o desenvolvimento do objeto do presente certame.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, expedida na sede ou domicílio da licitante, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

f) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

6.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.3.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3.4. Em relação às **fornecedoras cooperativas** será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



ID: 365718 e CRC: 223C147D

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

1. Ata de fundação;
2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
4. Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;
7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6.4. *HABILITAÇÃO REFERENTE A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA*

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

a) Para empresas constituídas como sociedades simples, não sujeitas à legislação comercial, certidão negativa de distribuição, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa, incluindo a negativa de insolvência.

b) Poderá ser apresentada certidão positiva de distribuição, desde que esteja acompanhada de certidões ou documentos emitidos posteriormente àquela certidão, que comprovem não se tratar de ações de declaração de insolvência.

6.4.1.*BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS* *dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizada por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.*

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício assim apresentados:

ID: 365718 e CRC: 223C147D

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial.

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

III. Sociedades sujeitas ao regime das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

IV. Sociedade criada no exercício em curso: por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

6.4.1.1. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, devendo obter resultado superior a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

6.4.1.2. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos, juntado ao balanço.

ID: 365718 e CRC: 223C147D

Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.

6.4.1.3. Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

6.4.1.4. Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

6.4.1.5. Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

6.4.1.6. LG = Liquidez Geral – superiores a 1

6.4.1.7. SG = Solvência Geral – superiores a 1

6.4.1.8. LC = Liquidez Corrente – superiores a 1

6.4.1.9. Para o fim previsto no item anterior, será considerado o valor total vencido pelo licitante. Conforme proposta final apresentada.

No caso de empresa constituída a menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, substituível pelo Balanço de Abertura, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado ou que tenha sido transmitido via SPED.

6.4.1.10. *ESCLARECIMENTO/JUSTIFICATIVA: Em 2016 o TCU se manifestou duas vezes sobre o tema (Acórdão 472/2016P e 116/2016P) e mais outra vez em 2017 no Acórdão 2.145/2017-Plenário. Diante da constante evolução do entendimento do TCU sem ainda uma consolidação, no caso, devemos seguir sempre a orientação do Acórdão mais recente de que o edital se posicione sobre o critério de aceitação da data de validade do balanço Patrimonial notadamente para deixar claro a imparcialidade e o julgamento objetivo de quem conduzirá a sessão pública. Desta feita, o edital deverá indicar expressamente qual exercício ao qual o Balanço Patrimonial deve se referir, podendo considerar válido desde que conste expressamente no edital, as duas datas, quais sejam:*

6.4.1.11. O último dia útil do mês de maio para as empresas obrigadas ao SPED Fiscal e 30 de abril para as demais.

6.5. Qualificação Técnica:

6.5.1. Por tratar-se de contratação que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se somente a comprovação de regularidade jurídica, fiscal e Econômica da empresa.

6.5.1.1. Nos termos do artigo 43 § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, com alguma restrição, terão o prazo de **05 (cinco) dias úteis,** cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, **prorrogáveis por igual período**,



ID: 365718 e CRC: 223C147D

para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

6.5.1.2. O disposto no subitem anterior não suspende a licitação. A existência de restrição na documentação fiscal de empresas beneficiadas, na forma da Lei complementar n° 123/2006, será registrada em Ata;

A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista ou econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.6.1. Todos os demais requisitos da contratação e obrigações da contratada estão vinculados estritamente ao termo de referência.

6.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.8. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico anexado no sistema LICITANET.

6.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.14. A habilitação será verificada junto à Licitanet. **(www.licitanet.com.br)**, nos documentos por ele abrangidos.

6.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

ID: 365718 e CRC: 223C147D

6.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

6.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

6.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados junto à Licitanet. **((www.licitanet.com.br)** serão enviados por meio do sistema, Portal Licitanet em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.17. A verificação no Portal Licitanet ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital ou Termo de Referência somente serão exigidos na fase da habilitação. Caso a fase seja invertida em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.18. Após a entrega dos documentos e terminada a fase de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

6.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.16.1.

6.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7- DAS REGRAS PARA APRESENTAR DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA FINAL

7.1. Terminada a fase de lances **o pregoeiro abrirá o prazo de no mínimo 2 (duas) horas para que a(s) empresa(s) Vencedora(s) anexe a proposta final** com o último lance ofertado, com as especificações técnicas dos objetos e os **documentos de habilitação**, caso seja anexado alguma proposta divergente da cadastrada no Portal Licitanet (www.Licitanet.com.br), ou divergente do último

ID: 365718 e CRC: 223C147D

lance, prevalecerão, as especificações e o último lance ofertados no Portal Licitanet (www.Licitanet.com.br).

7.2. assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias uteis após notificação da empresa, Quanto a condições e prazo de entrega dos objetos será conforme exigência do **Termo de referência, item 4.3**

8- DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Todas as manifestações, pedidos e esclarecimentos deverão serem feitos exclusivamente no Chat para conhecimentos de todos e Transparência dos atos, quanto ao envio de documentos deverão ser anexados nos respectivos menus conforme o prazo aberto pelo pregoeiro.

8.3.5. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora prazo e da plataforma LICITANET não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://eproc.novohorizonte.ro.gov.br/eproc/

9- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

ID: 365718 e CRC: 223C147D

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.1. as peculiaridades do caso concreto

9.3.2. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.3. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.4. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.5. A multa será recolhida em percentual de 05 a 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.3.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

9.3.7. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

ID: 365718 e CRC: 223C147D

9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



ID: 365718 e CRC: 223C147D

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, no site Portal Licitanet ((www.licitanet.com.br) na aba esclarecimentos e impugnações. Para que todos tenham conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais?q=novo%20horizonte%20do%20oeste&status=todos&pagina=1

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Lista Com a Cotação Média dos Valores

11.11.2. ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA

11.11.3. ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

11.11.4. ANEXO IV TERMO DE REFERÊNCIA

Novo Horizonte do Oeste/RO, 10 de novembro de 2026.

Marcos Antônio da Silva
Pregoeiro Municipal

ID: 365718 e CRC: 223C147D

ANEXO I

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
AV. ELZA VIEIRA LOPES, 4803
CNPJ : 63.762.009/0001-50
Lista com a média dos valores cotados agrupada por centro de custo

Número da Cotação: 00282/26 **Data: 21/09/2026** **Abertura: 02/10/2026** **Encerramento: 02/10/2026**

Centro de Custo: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	034.002.016	TUBO CORRUGADO DO TIPO PEAD 1200 MM COM 6 METRO:	29	10.498,94	304.469,26
		TOTAL POR CENTRO DE CUSTO	29	10.498,94	304.469,26
		TOTAL	29	10.498,94	304.469,26

ID: 365718 e CRC: 223C147D

ANEXO II
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 795/SEMAGRI/2026

(CASO ESTA DECLARAÇÃO NÃO ESTEJA DISPONIBILIZADA NO SISTEMA LICITANET, A MESMA DEVERÁ COMPOR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO
AO PREGOEIRO MUNICIPAL.

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, A EMPRESA ....., CNPJ Nº ....., COM SEDE NA....., ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL *(pessoa que irá assinar a Ata e/ou Contrato)* Sr....., CPF Nº....., DECLARA A QUEM POSSA INTERESSAR QUE:

1) DECLARAMOS, PARA OS FINS DO DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 68 DA LEI N.º 14.133/21, E **DISPOSTO NOS INCISOS XXXIII** DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE NÃO EMPREGAMOS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGAMOS MENORES DE 16(DEZESSEIS) ANOS. RESSALVA AINDA, QUE, CASO EMPREGUE MENORES NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ (A PARTIR DE 14 ANOS, DEVERÁ INFORMAR TAL SITUAÇÃO NO MESMO DOCUMENTO).

2) DECLARAMOS, SOB AS PENAS DA LEI, QUE A EMPRESA NÃO FOI **DECLARADA INIDÔNEA** PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E QUE ATÉ A PRESENTE DATA INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NO PRESENTE PROCESSO, CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES.

3) DECLARAMOS PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, QUE CONHECEMOS AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E OS TERMOS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, E QUE, **CONCORDAMOS COM TODOS OS TERMOS** CONSTANTES NO MESMO E AINDA, QUE POSSUÍMOS TODAS AS CONDIÇÕES PARA ATENDER E CUMPRIR TODAS AS EXIGÊNCIAS DE FORNECIMENTO ALI CONTIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A DOCUMENTAÇÃO, QUE ESTÁ SENDO APRESENTADA PARA FINS DE HABILITAÇÃO.

7) DECLARO QUE CUMPRO AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS.

8) DECLARAMOS QUE AS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

9) DECLARAMOS QUE A EMPRESA ATENDE AOS **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** E QUE O DECLARANTE RESPONDERÁ PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI.

E-MAILS DE CONTATO PARA CADA SETOR RESPONSÁVEL PELO ATOS DESTA CONTRATAÇÃO:
Emails:.....
Telefones para contato: ( ).....
Whatsapp: xxxxxxxx
Endereço: xxxxxxxxxxx Cep: xxxxxxxx
Cidade: xxxxx **Estado:** xxxx

CIDADE, ... DE ..... DE 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ID: 365718 e CRC: 223C147D

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 795/SEMAGRI/2026

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2025

Pelo presente instrumento contratual, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 63.762.009/0001-50, com sede no Palácio Osvaldo Piana, sede do Poder Executivo Municipal, sito à Av. Elza Vieira Lopes Nº 4803, por seu representante legal o Prefeito Municipal, Sr. RONALDO DELAZARI, neste ato denominado CONTRATANTE, e do outro lado, a Empresa **XXXXXX**,inscrito no CNPJ n°XXXXXXXXXX, localizada na XXXXXXXXX, neste ato representada pela Sra. XXXXXXXX, inscrita no CPF de n° XXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONTRATO em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, decorrente do Processo Administrativo nº 795/SEMAGRI/2026, Edital Dispensa e/ou Pregão Eletrônico nº 37/CPL/2026, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (art. 92,Ie II)

1.1 O presente contrato tem como objeto Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025 Plano de Trabalho, conforme as especificações quantidades estimadas e condições estabelecidas na solicitação nº 200/26, Termo de Referência, Edital e seus anexos. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação **30 dias** de acordo com o período estabelecido no termo de referência **item 5.2**, a contar da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ou conforme necessidade do Contratante nos termos da Lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULATERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA- VALOR (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$ xxxxxx.
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da

ID: 365718 e CRC: 223C147D

contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e os preços iniciais poderão se reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste poderá ser realizado por aditivo ou apostilamento.

8.CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

8.9 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo

ID: 365718 e CRC: 223C147D

contratado no prazo máximo de 15 (quinze) ias.

8.12 **8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 **8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações, responsabilidade e especificações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto, devendo a entrega ocorrer na Garagem Municipal: Av. Manoel Francisco de Lima Filho, S/N Centro, Novo Horizonte do Oeste-RO, CEP: 76.956-000, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 17h00 observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 O objeto fornecido deverá ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado, devendo atenteder as especificificações, garantias e requisitos técnicos conforme termo de referência.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10 A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.

9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, durante a execução do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

ID: 365718 e CRC: 223C147D

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.23 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 O objeto fornecido terá a garantia mínima prevista no termo de referência a contar da data de entrega no órgão licitante;

10.2 Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto.

10.3 A contratação conta com garantia do objeto contratual prevista do termo de referência a ser fornecido, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura.

10.4 Aplicar-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto á oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

10.5 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

10.6 Em se tratando de bens permanentes e duráveis terão garantia mínima de 12 (doze) meses.

10.6.1 A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

10.7 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone (ligações ou mensagens) e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atende-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até 90 (noventa) dias, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

10.8 O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

10.9 A contratada deverá fornecer, sem quaisquer ônus para a Administração, manual de operação do objeto em português, contendo todas as instruções necessárias e suficientes para orientar o usuário na operacionalidade e manutenção corretas, quando for o caso.



ID: 365718 e CRC: 223C147D

10.10 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.
10.11 A prestação dos serviços de assistência técnica deverá ser realizado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação. O prazo de garantia de funcionamento e de suporte técnico para o objeto contratado, será contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou seja, após a devida entrega.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.12 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
10.13 der causa à inexecução parcial do contrato;
10.14 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.15 der causa à inexecução total do contrato;
10.16 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
10.17 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
10.18 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.19 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.20 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.21 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.
10.22 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.23 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.24 - Multa:
10.25 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
10.26 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
10.27 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.28 compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
10.29 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.30 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.31 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.32 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.33 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.34 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.35 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente

ID: 365718 e CRC: 223C147D

no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.36 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.37 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.38 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.39 as peculiaridades do caso concreto;

10.40 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.41 os danos que dela provierem para o Contratante;

10.42 f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.43 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.44 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.45 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.46 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.47 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12- . CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.5. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



ID: 365718 e CRC: 223C147D

12.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.10. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.11. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.12. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.13. Indenizações e multas.

12.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos

15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

ID: 365718 e CRC: 223C147D

17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, do Município de Nova Brasilândia do Oeste/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Palácio Osvaldo Piana, Sede do Poder executivo, XX de XXXX de 2026**.**

CONTRATANTE _____

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
RONALDO DELAZARI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA _____

(EMPRESA)
(Representante)

ID: 365718 e CRC: 223C147D

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 795/SEMAGRI/2026



ID: 365718 e CRC: 223C147D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O objeto visa à **aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025, no respectivo Plano de Trabalho e demais documentos que integram o processo administrativo, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Tubo corrugado do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, **com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento**, destinado à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e normas técnicas aplicáveis.	UND	29

1.2. A contratação observará as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis, sendo adotado o critério de julgamento compatível com a natureza do objeto e definido no procedimento de contratação.

1.3. O objeto está vinculado ao **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, cadastrado no Transferegov.br na modalidade Transferências Especiais, decorrente da **Emenda Parlamentar nº 202543310004 – Cristiane Lopes**, cuja Meta 1 prevê a aquisição de tubos corrugados do tipo PEAD, com **06 (seis) metros de comprimento**, sendo o **diâmetro de 1.200 mm** definido pela Administração conforme a necessidade identificada no processo.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de dispositivos de drenagem, especialmente bueiros, nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO.

2.1.1. A presente contratação está vinculada ao **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, decorrente da **Emenda Parlamentar nº 202543310004 – Cristiane Lopes**, tendo como finalidade **20 – Agricultura / 608 – Promoção da Produção Agropecuária**, e como Meta 1 a aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com 06 (seis) metros de comprimento cada**.

2.2. Conforme Plano de Trabalho aprovado, o objeto de execução corresponde à aquisição de tubos corrugados para bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões, encontrando-se a contratação diretamente relacionada à finalidade estabelecida no Plano de Trabalho.

2.3. A malha viária rural desempenha papel essencial para o desenvolvimento econômico e social do Município, sendo utilizada para o deslocamento dos moradores da zona rural, transporte escolar, acesso a serviços públicos, circulação de veículos e máquinas agrícolas e escoamento da produção agropecuária.

2.4. Durante os períodos chuvosos, a deficiência ou ausência de dispositivos adequados de drenagem pode provocar acúmulo e concentração de águas pluviais, ocasionando erosões, atoleiros, deterioração dos aterros, danos à estrutura das vias e, em situações mais graves, comprometimento da trafegabilidade.

ID: 365718 e CRC: 223C147D

2.5. A aquisição dos tubos corrugados de PEAD possibilitará à Administração Municipal dispor de materiais adequados para a implantação, recuperação e manutenção de bueiros e outros dispositivos de drenagem, proporcionando melhores condições para o escoamento das águas pluviais.

2.6. A utilização adequada dos dispositivos de drenagem contribui para a preservação da infraestrutura viária rural, redução dos processos erosivos, melhoria das condições de trafegabilidade e segurança dos usuários e continuidade do acesso às comunidades e propriedades rurais.

2.7. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Administração Municipal e está diretamente vinculada à **Meta 1 do Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**.

2.8. A especificação do **diâmetro nominal de 1.200 mm** foi definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme **Solicitação nº 282/26, de 21 de setembro de 2026**, considerando as necessidades identificadas para as intervenções de drenagem nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município.

2.9. Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de aplicação adequada dos recursos públicos provenientes da transferência especial, mediante aquisição dos materiais previstos no Plano de Trabalho e especificados pela Administração para atendimento da demanda, visando à melhoria da infraestrutura viária rural do Município.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução consiste na aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO.

3.2. Os materiais deverão atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis ao produto e à sua finalidade de utilização em sistemas de drenagem.

3.3. Os tubos deverão apresentar características de resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com sua utilização em dispositivos de drenagem de estradas vicinais e com as condições normais de transporte, armazenamento e instalação.

3.4. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, livres de defeitos de fabricação, trincas, deformações ou quaisquer outras irregularidades que comprometam sua utilização.

3.5. A solução adotada permitirá à Administração Municipal realizar intervenções de drenagem nos pontos identificados como prioritários, contribuindo para o adequado direcionamento das águas pluviais e para a redução de processos erosivos, alagamentos, atoleiros e danos às vias rurais.

3.6. A instalação dos tubos e a execução dos serviços de implantação dos bueiros **não integram o objeto desta contratação**, ficando o presente Termo de Referência limitado ao fornecimento dos materiais.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O contratado deverá atender a todas as especificações contidas na descrição detalhada do item constante neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

4.2. Efetuar a entrega dos itens conforme emissão da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento pela Administração Municipal.

4.3. A contratada deverá realizar a entrega dos materiais no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contado na forma estabelecida neste Termo de Referência, após o recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

4.4. Os tubos deverão ser fabricados em **Polietileno de Alta Densidade – PEAD**, possuir estrutura corrugada, **diâmetro nominal de 1.200 mm** e ser destinados à utilização em sistemas de drenagem.

4.5. Cada unidade deverá possuir **06 (seis) metros de comprimento**, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.6. O diâmetro nominal de **1.200 mm** corresponde à especificação definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme **Solicitação nº 282/26, de 21 de setembro de 2026**, considerando a necessidade identificada para as intervenções de drenagem nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município.

4.7. Os materiais deverão atender às normas técnicas aplicáveis ao produto, inclusive às especificações técnicas pertinentes à utilização de tubos corrugados de PEAD em sistemas de drenagem,

ID: 365718 e CRC: 223C147D

quando aplicáveis.

4.8. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e apresentar qualidade e resistência compatíveis com a finalidade para a qual serão utilizados.

4.9. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem trincas, rupturas, deformações, danos ou outros defeitos que possam comprometer sua utilização.

4.10. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar **amostra do produto ofertado**, quando solicitada pela Administração, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, contado da solicitação, para avaliação de conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.11. A amostra será avaliada quanto à compatibilidade com as características e especificações exigidas, especialmente quanto ao **material PEAD, estrutura corrugada, diâmetro nominal de 1.200 mm, comprimento de 06 (seis) metros e demais características técnicas previstas neste Termo de Referência**.

4.12. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, seguros, encargos e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas à entrega do objeto.

4.13. A contratada deverá entregar diretamente os materiais objeto da contratação, não podendo transferir a terceiros a responsabilidade integral pelo fornecimento, sem prejuízo das regras de subcontratação eventualmente admitidas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

4.14. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os materiais que apresentarem avarias, defeitos, vícios ou desconformidades em relação às especificações estabelecidas.

4.15. A contratada deverá comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, eventual impedimento para o cumprimento do prazo, apresentando justificativa devidamente fundamentada, sem prejuízo da análise e decisão da Administração quanto à eventual prorrogação, quando legalmente cabível.

4.16. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, compatíveis com as obrigações assumidas.

4.17. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, salvo disposição diversa devidamente justificada no instrumento de contratação.

4.18. A contratada deverá garantir a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos, responsabilizando-se pela substituição daqueles que forem considerados inadequados, defeituosos ou incompatíveis com as especificações.

4.19. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar catálogo, ficha técnica, certificado, declaração do fabricante ou documento equivalente que permita comprovar as características técnicas do produto ofertado.

4.20. Não será admitido o fornecimento de materiais usados, recondicionados, recuperados ou que apresentem características incompatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. A entrega deverá ocorrer na **Garagem Municipal da Agricultura, localizada na Av. Manoel Francisco de Lima Filho, S/N, Centro, Novo Horizonte do Oeste – RO, CEP 76.956-000**, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h30, salvo orientação diversa da Administração.

5.1.2. Todas as despesas relacionadas à entrega, incluindo frete, transporte, carga, descarga, pedágios, seguros e demais custos correlatos, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

5.2. A CONTRATADA deverá entregar o objeto no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

5.3. A entrega deverá observar integralmente os quantitativos e especificações constantes neste Termo de Referência, no instrumento de contratação e na respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.4. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados e protegidos contra danos decorrentes do transporte e manuseio.

5.5. Ao receber os materiais, a Administração realizará a verificação quantitativa e qualitativa, visando garantir a integridade e a conformidade dos produtos com as especificações contratadas.

ID: 365718 e CRC: 223C147D

5.6. Qualquer material que apresente desconformidade, avaria, defeito, dano ou característica incompatível com o objeto contratado poderá ser recusado pela Administração.

5.7. No caso de recebimento provisório de material que posteriormente seja identificado como incompatível com o objeto contratado, a CONTRATADA será comunicada para providenciar sua substituição, sem qualquer ônus para a Administração.

5.8. A substituição dos materiais recusados deverá ocorrer no prazo estabelecido pela fiscalização, considerando a natureza da irregularidade e a necessidade de continuidade da contratação, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

5.9. Todos os produtos entregues deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade, de procedência comprovável e estar de acordo com as especificações deste Termo de Referência e com as normas técnicas aplicáveis.

5.10. Aceita a entrega e constatada a conformidade dos materiais, será realizado o respectivo atesto na Nota Fiscal, observados os procedimentos administrativos para liquidação e pagamento.

5.11. Não sendo aceito o material entregue, a empresa contratada será comunicada para realizar a substituição ou correção necessária, de modo a adequar o objeto ao que foi originalmente contratado, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

5.12. Durante o recebimento, a Administração poderá exigir a substituição de qualquer material que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência, do instrumento convocatório, da proposta ou do contrato, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado pelo período correspondente, quando cabível, devendo as circunstâncias ser registradas nos autos do processo.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico institucional ou outro meio formal definido pela Administração.

6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados pela Administração.

6.6. A fiscalização deverá verificar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência, especialmente quanto aos quantitativos, especificações, qualidade e prazo de entrega dos materiais.

6.7. O fiscal do contrato deverá registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando as providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal deverá comunicar a contratada para adoção das medidas necessárias à correção, estabelecendo prazo adequado para o saneamento da ocorrência, quando cabível.

6.9. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do fornecimento no prazo estabelecido, o fiscal comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

6.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vício, defeito ou inadequação dos materiais fornecidos.

Gestor do Contrato

6.12. Cabe ao gestor do contrato:

6.12.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo os registros formais da execução, alterações e eventuais prorrogações;

6.12.2. Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato e as medidas adotadas para solução das ocorrências;

ID: 365718 e CRC: 223C147D

6.12.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento;

6.12.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

6.12.5. Tomar as providências necessárias para eventual instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, quando cabível;

6.12.6. Elaborar relatório final, quando aplicável, contendo informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação;

6.12.7. Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, após o cumprimento das condições estabelecidas.

7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 7.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 7.1, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

7.2.4. **Multa**, observados os critérios e limites estabelecidos na legislação aplicável e neste Termo de Referência.

7.2.4.1. Será aplicada multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou, em caso de inexecução total, sobre o valor total contratado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.

7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente, observada a legislação aplicável.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

ID: 365718 e CRC: 223C147D

8.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente certificada e atestada pelo fiscal do contrato, após o recebimento e aceitação dos materiais pela Administração.

8.2. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, sem erros ou inconsistências.

8.3. A CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura, os dados bancários necessários para realização do pagamento, não sendo aceito boleto bancário como condição para pagamento pela Administração.

8.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a contar a partir da reapresentação do documento devidamente corrigido.

8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo documento fiscal emitido com CNPJ diverso, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

8.6. Deverá acompanhar a Nota Fiscal ou Fatura a documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista exigida pela legislação vigente, quando cabível.

8.7. O pagamento somente será realizado após a comprovação da efetiva entrega, conferência e aceitação dos materiais pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento de contratação definido pela Administração, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

9.2. Considerando que o objeto possui características comuns e padronizadas no mercado, poderá ser adotada a modalidade de **Pregão Eletrônico**, caso assim definido pelo setor competente, observados os requisitos legais aplicáveis.

9.3. O critério de julgamento será o **menor preço por item**, considerando que o objeto é composto por **um único item**, correspondente ao fornecimento de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD.

9.4. A contratação em item único decorre da natureza uniforme do objeto e da necessidade de padronização dos materiais, sem prejuízo da competitividade do procedimento.

9.5. O fornecedor deverá apresentar proposta contendo descrição clara e completa do produto ofertado, com indicação das características técnicas necessárias à verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.6. A proposta deverá contemplar **tubos corrugados do tipo PEAD, com diâmetro nominal de 1.200 mm e comprimento de 06 (seis) metros por unidade**, destinados à utilização em bueiros de estradas vicinais, carreadores e travessões.

9.7. A Administração poderá exigir a apresentação de **amostra do produto ofertado**, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, contados da solicitação, para verificação de conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.8. Será considerada vencedora a proposta que, atendendo integralmente às exigências do instrumento convocatório e deste Termo de Referência, apresentar o **menor preço por item**, desde que o produto ofertado seja considerado compatível com as especificações exigidas e o preço seja considerado aceitável pela Administração.

9.9. A definição do diâmetro nominal de **1.200 mm** decorre da necessidade identificada pela **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, conforme Solicitação nº **282/26, de 21 de setembro de 2026**, devendo o produto ofertado atender integralmente a essa especificação.

10 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação será definido mediante pesquisa de preços realizada pela Administração, observando-se os parâmetros estabelecidos no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021** e demais regulamentações aplicáveis.

10.2. A pesquisa de preços deverá considerar produtos com especificações técnicas compatíveis com as estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto ao **tipo de material (PEAD), diâmetro nominal de 1.200 mm, comprimento de 06 (seis) metros e finalidade de utilização em sistemas de drenagem**.

ID: 365718 e CRC: 223C147D

10.3. O valor estimado deverá contemplar todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, encargos, seguros e demais despesas diretas e indiretas incidentes.

10.4. O Plano de Trabalho prevê, para a **Meta 1**, o montante de **R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais)** destinado ao investimento.

10.5. O valor previsto no Plano de Trabalho constitui referência quanto aos recursos disponíveis para execução da Meta 1, não correspondendo necessariamente ao valor da contratação, devendo o valor estimado e o valor efetivamente contratado resultar da pesquisa de preços e do procedimento de contratação, observada a compatibilidade com os preços praticados no mercado e a legislação aplicável.

10.6. A Administração deverá observar que o preço contratado seja compatível com os preços praticados no mercado, não sendo suficiente, para fins de demonstração da vantajosidade, apenas a existência de recursos disponíveis no Plano de Trabalho.

11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta da **Ficha Orçamentária nº 417 – Aquisição de Tubos PEAD – Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, no valor de **R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais)**.

11.2. A classificação orçamentária deverá ser conferida pelo setor competente antes da emissão do empenho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Novo Horizonte do Oeste - RO, 01 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | www.novohorizonte.ro.gov.br
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970

Documento assinado eletronicamente por **RONALDO DELAZARI**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:02, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

Documento assinado eletronicamente por **JOSIEL DE SOUZA SANTOS**, **SECRETARIO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:54, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos, informando o ID **357187** e o código verificador **DF97FCAB**.

Referência: Processo nº 1-795/2026. Docto ID: 357187 v1

ID: 365718 e CRC: 223C147D

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
MINUTA DE EDITAL	**PREGÃO 37**	**10/11/2026**

ID: **365718**
CRC: **223C147D**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **MARCOS ANTONIO DA SILVA**
Criação: **10/11/2026 12:28:42** Finalização: **10/11/2026 12:29:37**

Processo

Documento

MD5: **49E99733E6CA730E6936A409BE5B6665**

SHA256: **2CCCCB0E293C9B571A605968955CF97DC2376484ED44714690B3B55CD9FAA100**

Súmula/Objeto:
MINUTA DE EDITAL

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	10/11/2026 12:28:42

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	10/11/2026 12:28:42

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

MARCOS ANTONIO DA SILVA	PREGOEIRO MUNICIPAL	10/11/2026 12:29:46

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 365718 e o CRC 223C147D.

PARECER

Processo Administrativo nº 795/2026.
Objeto: Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD.

I- RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo que tem como objeto a Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 6 (seis) metros de comprimento, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões, conforme Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025 (Emenda Parlamentar nº 202543310004), conforme Plano de trabalho, projeto, planilha, justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

I) Documento de formalização da demanda;
II) Estudo técnico preliminares;
III) Termo de referência e Justificativa;
IV) Análise de Riscos;
V) Cotações de valores;
VI) Dotação Orçamentaria;
VII) Minuta do Edital e anexos.

Os autos vieram à Procuradoria para análise e parecer quanto à legalide do procedimento adotado assim como à minuta do edital e minuta do contrato.

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade e legalidade, que deve nortear as compras e contratações

ID: 366243 e CRC: 5BB156BA

realizadas pela Administração Pública.

É a síntese do necessário.

II- APRECIAÇÃO JURÍDICA

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> Enunciado BPC nº7.
> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade

ID: 366243 e CRC: 5BB156BA

> de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

III - DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Pois bem. O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento para contratação, senão vejamos:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo

ID: 366243 e CRC: 5BB156BA

planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X- a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI- a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de

ID: 366243 e CRC: 5BB156BA

contratação, **constata-se a presença dos elementos essenciais da fase preparatória nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, considerando a natureza do objeto, onde os objetos da contratação atenderão a demanda da administração.

IV - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

Verifica-se dos autos que **o estudo técnico preliminar** apresentado possuem os elementos ao mínimo exigido em lei, conforme disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC, senão vejamos:

> Art. 18. [...] § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
> III - requisitos da contratação;
> IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das

ID: 366243 e CRC: 5BB156BA

memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

No presente caso, verifica-se que o órgão requisitante elaborou o estudo técnico preliminar, com as exigências necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

V - DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Seguindo a análise, verifica-se que o **termo de referência** elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contem os elementos essenciais exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

ID: 366243 e CRC: 5BB156BA

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
>
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
>
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
>
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
>
> d) requisitos da contratação;
>
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
>
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
>
> g) critérios de medição e de pagamento;
>
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
>
> i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
>
> j) adequação orçamentária.

Nesse sentido, observa-se que o Termo de Referência apresentado atende o disposto na legislação vigente.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela nova lei de licitações (Lei 14.133/2021) para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

VI - Da Minuta do Edital.

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública.

ID: 366243 e CRC: 5BB156BA

O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

> Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.
> § 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

Diante do apresentado, **afere-se que os itens e cláusulas da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com os requisitos elencandos do artigo 25 da Lei nº 14.133/2021**, de modo a atender aos pressupostos legais para sua publicação.

Ademais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o **PREGÃO em sua forma eletrônica**, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Por sua vez, o critério de seleção da proposta como sendo o **"menor preço"**, do mesmo modo, mostram-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador.

Recomenda-se, antes da publicação do instrumento convocatório, a correção dos seguintes pontos da minuta do edital e de seus anexos:

a) o valor estimado indicado na capa do edital (R$ 396.000,00) corresponde ao valor do Plano de Ação, e não à pesquisa de preços. Deve ser substituído pelo valor

ID: 366243 e CRC: 5BB156BA

médio apurado, de R$ 304.469,26.

Nesse sentido, observando-se os documentos acostados aos autos do processo licitatório em epígrafe, justifica-se a utilização da PREGÃO ELETRONICO para o referido procedimento, considerando a natureza do objeto a ser contratado, sendo certo que, não obstante o caráter facultativo da licitação, o mesmo se mostra aconselhável em função das vantagens que esse sistema vem trazendo para o Setor Público, com a redução dos preços praticados, a simplificação dos procedimentos e a maior celeridade e transparência no certame.

IX - CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste**, opina-se pela legalidade da minuta do edital e seus respectivos anexos, bem como da minuta do contrato**.

Ademais, recomenda-se, antes da publicação do instrumento convocatório, a correção dos seguintes pontos da minuta do edital e de seus anexos: a) o valor estimado indicado na capa do edital (R$ 396.000,00) corresponde ao valor do Plano de Ação, e não à pesquisa de preços. Deve ser substituído pelo valor médio apurado, de R$ 304.469,26.

Salvo melhor juízo, este é o meu Parecer.

Sem mais, remeto os autos à CPL para o prosseguimento do feito.

Novo Horizonte do Oeste/RO, 11 de novembro de 2026.

SIDNEI FURTADO MENDONÇA
PROCURADOR MUNICIPAL

ID: 366243 e CRC: 5BB156BA

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Parecer	**Jurídico**	**12/11/2026**

ID: **366243**
CRC: **5BB156BA**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **SIDNEI FURTADO MENDONCA**
Criação: **12/11/2026 10:53:42** Finalização: **12/11/2026 10:54:07**

Processo

Documento

MD5: **69CB4F64FEE19F23B5226090A0E99C6E**

SHA256: **8C5082F6A15555D8914F609A94B814FE987DE63F283809BA998976AB898E20E2**

Súmula/Objeto:

PARECER

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	12/11/2026 10:53:42

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	12/11/2026 10:53:42

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

SIDNEI FURTADO MENDONCA	PROCURADOR JURIDICO	12/11/2026 10:54:10

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 366243 e o CRC 5BB156BA.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/CPL/2026

OBJETO

Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025, Plano de Trabalho, conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O Convênio R$** R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil, reais) esse valor corresponde ao valor do Plano de Ação, e não à pesquisa de preços. sendo assim valor médio ESTIMADO e de R$ 304.469,26.**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **07/12/2026** às **10h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço GLOBAL]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL

NÃO

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

1. EDITAL.....Pg 01 ao 20
15 COTAÇÃO MÉDIA DOS VALORES..... Pg 21
16 DECLARÇÃO UNIFICADA..... Pg 22
17 MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... Pg 23 ao 33
18 TERMO DE REFERENCIA..... Pg 31 ao 37



ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/CPL/2026

Processo Administrativo n° 795/SEMAGRI/2026

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste, RO, através da Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediada na Av. Elza Vieira Lopes nº 4803, Bairro Centro – CEP 76.956-000. Torna-se público O Edital **Nº 37/CPL/2026**, tendo como objeto. Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025 Plano de Trabalho, e seus anexos. Sendo através da Secretaria Municipal de AGRICULTURA. Conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, o qual será realizado na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo como forma de julgamento Menor Preço Por GLOBAL, tudo baseado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 44/2023, de 06 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1- DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025 Plano de Trabalho e especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos**.

1.2. *A licitação será por VALOR GLOBAL, conforme tabela constante do Anexo I do edital.*

1.3. *Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo N° 795/SEMAGRI/2026 e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.*

1.4. *Todas as informações, exigências e determinações contidas no Termo de Referência são de responsabilidade exclusiva da Secretaria requisitante, que as elaborou e validou, cabendo-lhe a responsabilidade técnica pelos cálculos, valores e especificações apresentadas.*

1.5. *À Comissão Permanente de Licitação compete assegurar a legalidade, regularidade e conformidade do procedimento licitatório, observando e aplicando as informações fornecidas pela Secretaria requisitante, sem prejuízo de sua responsabilidade administrativa quanto ao fiel cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.*

1.6. *É importante salientar que o Objeto deste certame fora solicitado pela secretaria requisitante e autorizado pelos SECRETARIOS RESPONSSAVEIS DA PASTA, assim como a descrição dos itens e quantitativos solicitados.*

2- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Licitanet. **(www.licitanet.com.br).**

2.2. licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. *O presente edital NÃO será exclusivo para ME/EPP Para os lotes haja visto que o valor está acima de R$ 80.000,00 previsto no art. 48 da LC nº 123/2006. Contudo, não há qualquer impedimento à participação dessas empresas, que poderão concorrer em igualdade de condições com as demais licitantes, usufruindo dos benefícios previstos nos arts. 44 e 45 da referida Lei Complementar, especialmente quanto ao tratamento diferenciado e ao empate ficto.*

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aqueles que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.12. Justificativa Técnica para Vedação de Consórcios

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

2.6.13. A vedação à participação de consórcios no Pregão Eletrônico nº 37/CPL/2026 encontra respaldo em motivações técnicas e administrativas que visam garantir maior eficiência, segurança jurídica e economicidade ao certame. Os principais fundamentos são:

2.6.14. 1. Natureza do Objeto

2.6.15. • O objeto da licitação consiste na aquisição de materiais permanentes novos, em conformidade com especificações padronizadas e previamente definidas.

2.6.16. • Trata-se de fornecimento de bens homogêneos, de fácil acesso no mercado e sem necessidade de integração de diferentes especialidades técnicas.

2.6.17. • Assim, não há justificativa técnica para a formação de consórcios, que normalmente se destinam a obras ou serviços complexos e multidisciplinares.

2.6.18. 2. Responsabilidade Contratual

2.6.19. • A participação de consórcios implica responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas, o que pode dificultar a gestão contratual e a responsabilização em caso de inadimplemento.

2.6.20. • Em contratos de fornecimento parcelado e contínuo, como o previsto no Sistema de Registro de Preços, a Administração necessita de responsável único e direto, evitando disputas internas entre consorciadas.

2.6.21. Risco de Fragmentação da Execução

2.6.22. A participação de consórcios poderia gerar **fragmentação da execução**, com diferentes empresas fornecendo os materiais para a execução do serviço.

2.6.23. 4. Simplificação e Celeridade

2.6.24. O pregão eletrônico, por sua natureza, busca **celeridade e simplificação** do procedimento.

2.6.25. A análise de documentação de consórcios é mais complexa, pois exige verificação individual de cada consorciada e do instrumento de constituição do consórcio.

2.6.26. Essa complexidade é incompatível com a modalidade pregão, que privilegia rapidez e objetividade.

2.6.27. 5. Garantia de Competitividade

2.6.28. O mercado de Aquisição de tubos corrugado PEAD, é composto por empresas de grande porte, concessionárias e distribuidoras com plena capacidade de atender individualmente ao objeto.

2.6.29. A vedação a consórcios não restringe a competitividade, pois há ampla oferta de fornecedores aptos a participar isoladamente.

2.6.30. Pelo contrário, evita que grupos de empresas se unam artificialmente para **concentrar mercado** e reduzir a disputa.

2.6.31. 6. Precedentes e Boas Práticas

2.6.32. Órgãos de controle, como o TCU, já reconheceram que a vedação a consórcios é legítima quando o objeto não demanda especialidades distintas ou quando a participação consorciada pode comprometer a eficiência da contratação.

2.6.33. A adoção dessa medida está alinhada às boas práticas de gestão pública e ao princípio da economicidade.


ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

2.7. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

3.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.1.1.*valor GLOBAL dos Itens.*

3.1.2. Marca;Modelo

3.1.3.*Fabricante;*

3.1.4.*Quantidade cotada,* devendo *respeitar o máximo SOLICITADO*

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

3.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

3.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a propostas ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.3. O sistema disponibilizará em campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, caso seja necessário.

4.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **global.**

4.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

4.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme parametrizado no sistema junto à Licitanet. **((www.licitanet.com.br).**

4.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

4.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

4.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.12.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

4.12.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **30 (trinta) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada no dia útil seguinte conforme horário feito na comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.18. A presente licitação não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, apenas para os itens expressamente indicados no Anexo I deste edital.

4.19. Caso haja itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pela Lei 14.133/2021 e Decreto 11.462/2023.

4.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.19.4. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

4.19.4.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

4.19.4.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

4.19.4.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.19.4.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.19.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.19.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

4.19.5.2. empresas brasileiras;

4.19.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.19.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.19.6. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.19.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.19.8. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

4.19.9. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.19.10. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5- DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Do Critério de Julgamento por Menor Preço Global

Nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o presente certame adota como critério de julgamento o **Menor Preço Global**, conforme definido no Termo de Referência e demais anexos deste Edital, pelos seguintes fundamentos:

5.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

5.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

5.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

5.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

5.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

5.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

5.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. contiver vícios insanáveis;

5.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. No caso de haver indício de inexequibilidade da proposta para bens e serviços em geral.

5.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- contiver vícios insanáveis;
- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o fornecedor será convocado a apresentar planilha de custos que comprove a viabilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa


ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

comprove a exequibilidade da proposta. cabendo ao Pregoeiro decidir pela sua aceitação ou desclassificação, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6- DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

c) Certidão de Consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011. (https://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao);

d) Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada. (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou Site: https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf (No caso específico da consulta ao SICAF, constante do inciso II, do Art. 44, da Portaria Interministerial nº 424/2016, como não há obrigatoriedade de a empresa ser cadastrada no referido sistema a consulta deverá ser realizada.

6.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, em conformidade com o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, que prevê, dentre as sanções aplicáveis ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público.

6.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro/Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.1.6. CASO HAJA INADIMPLÊNCIA O LICITANTE SERÁ INABILITADO.

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

6.2. Os documentos Exigidos neste edital e no termo de referência são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômica e capacidade técnica da empresa e garantir que está apta realizar o objeto da licitação. Sendo assim serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. **Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos A SEGUIR:**

a) Registro na Junta Comercial da respectiva sede da licitante, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

b) Em caso de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado ou inscrito na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

d) Em caso de **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

e) Em caso de **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de sociedade civil, Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da diretoria em exercício;

g) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

i) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

j) Se a empresa se fizer representar por PROCURADOR, faz-se necessário a apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

6.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA


ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

6.3.1. Para a Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista deverão ser juntados os seguintes documentos:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Classificação Nacional de Atividade Econômica, no serviço necessário para o desenvolvimento do objeto do presente certame.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, expedida na sede ou domicílio da licitante, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

f) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

6.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.3.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3.4. Em relação às **fornecedoras cooperativas** será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

1. Ata de fundação;
2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
4. Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;
7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6.4. *HABILITAÇÃO REFERENTE A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA*

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

a) Para empresas constituídas como sociedades simples, não sujeitas à legislação comercial, certidão negativa de distribuição, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa, incluindo a negativa de insolvência.

b) Poderá ser apresentada certidão positiva de distribuição, desde que esteja acompanhada de certidões ou documentos emitidos posteriormente àquela certidão, que comprovem não se tratar de ações de declaração de insolvência.

6.4.1.*BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS* *dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizada por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.*

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

b) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício assim apresentados:

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial.

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

III. Sociedades sujeitas ao regime das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

IV. Sociedade criada no exercício em curso: por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

6.4.1.1. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, devendo obter resultado superior a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

6.4.1.2. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos, juntado ao balanço.

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.

6.4.1.3. Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

6.4.1.4. Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

6.4.1.5. Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

6.4.1.6. LG = Liquidez Geral – superiores a 1

6.4.1.7. SG = Solvência Geral – superiores a 1

6.4.1.8. LC = Liquidez Corrente – superiores a 1

6.4.1.9. Para o fim previsto no item anterior, será considerado o valor total vencido pelo licitante. Conforme proposta final apresentada.

No caso de empresa constituída a menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, substituível pelo Balanço de Abertura, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado ou que tenha sido transmitido via SPED.

6.4.1.10. *ESCLARECIMENTO/JUSTIFICATIVA: Em 2016 o TCU se manifestou duas vezes sobre o tema (Acórdão 472/2016P e 116/2016P) e mais outra vez em 2017 no Acórdão 2.145/2017-Plenário. Diante da constante evolução do entendimento do TCU sem ainda uma consolidação, no caso, devemos seguir sempre a orientação do Acórdão mais recente de que o edital se posicione sobre o critério de aceitação da data de validade do balanço Patrimonial notadamente para deixar claro a imparcialidade e o julgamento objetivo de quem conduzirá a sessão pública. Desta feita, o edital deverá indicar expressamente qual exercício ao qual o Balanço Patrimonial deve se referir, podendo considerar válido desde que conste expressamente no edital, as duas datas, quais sejam:*

6.4.1.11. O último dia útil do mês de maio para as empresas obrigadas ao SPED Fiscal e 30 de abril para as demais.

6.5. Qualificação Técnica:

6.5.1. Por tratar-se de contratação que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se somente a comprovação de regularidade jurídica, fiscal e Econômica da empresa.

6.5.1.1. Nos termos do artigo 43 § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, com alguma restrição, terão o prazo de **05 (cinco) dias úteis,** cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, **prorrogáveis por igual período**,


ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

6.5.1.2. O disposto no subitem anterior não suspende a licitação. A existência de restrição na documentação fiscal de empresas beneficiadas, na forma da Lei complementar n° 123/2006, será registrada em Ata;

A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista ou econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.6.1. Todos os demais requisitos da contratação e obrigações da contratada estão vinculados estritamente ao termo de referência.

6.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.8. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico anexado no sistema LICITANET.

6.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.14. A habilitação será verificada junto à Licitanet. **(www.licitanet.com.br)**, nos documentos por ele abrangidos.

6.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

6.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

6.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

6.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados junto à Licitanet. **((www.licitanet.com.br)** serão enviados por meio do sistema, Portal Licitanet em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.17. A verificação no Portal Licitanet ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital ou Termo de Referência somente serão exigidos na fase da habilitação. Caso a fase seja invertida em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.18. Após a entrega dos documentos e terminada a fase de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

6.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.16.1.

6.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7- DAS REGRAS PARA APRESENTAR DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA FINAL

7.1. Terminada a fase de lances **o pregoeiro abrirá o prazo de no mínimo 2 (duas) horas para que a(s) empresa(s) Vencedora(s) anexe a proposta final** com o último lance ofertado, com as especificações técnicas dos objetos e os **documentos de habilitação**, caso seja anexado alguma proposta divergente da cadastrada no Portal Licitanet (www.Licitanet.com.br), ou divergente do último

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

lance, prevalecerão, as especificações e o último lance ofertados no Portal Licitanet (www.Licitanet.com.br).

7.2. assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias uteis após notificação da empresa, Quanto a condições e prazo de entrega dos objetos será conforme exigência do **Termo de referência, item 4.3**

8- DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Todas as manifestações, pedidos e esclarecimentos deverão serem feitos exclusivamente no Chat para conhecimentos de todos e Transparência dos atos, quanto ao envio de documentos deverão ser anexados nos respectivos menus conforme o prazo aberto pelo pregoeiro.

8.3.5. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora prazo e da plataforma LICITANET não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://eproc.novohorizonte.ro.gov.br/eproc/

9- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.1. as peculiaridades do caso concreto

9.3.2. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.3. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.4. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.5. A multa será recolhida em percentual de 05 a 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.3.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

9.3.7. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, no site Portal Licitanet ((www.licitanet.com.br) na aba esclarecimentos e impugnações. Para que todos tenham conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais?q=novo%20horizonte%20do%20oeste&status=todos&pagina=1

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Lista Com a Cotação Média dos Valores

11.11.2. ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA

11.11.3. ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

11.11.4. ANEXO IV TERMO DE REFERÊNCIA

Novo Horizonte do Oeste/RO, 16 de novembro de 2026.

Marcos Antônio da Silva
Pregoeiro Municipal

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

ANEXO I

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
AV. ELZA VIEIRA LOPES, 4803
CNPJ : 63.762.009/0001-50
Lista com a média dos valores cotados agrupada por centro de custo

Número da Cotação: 00282/26 **Data: 21/09/2026** **Abertura: 02/10/2026** **Encerramento: 02/10/2026**

Centro de Custo: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	034.002.016	TUBO CORRUGADO DO TIPO PEAD 1200 MM COM 6 METRO:	29	10.498,94	304.469,26
		TOTAL POR CENTRO DE CUSTO	29	10.498,94	304.469,26
		TOTAL	29	10.498,94	304.469,26

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

ANEXO II
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 795/SEMAGRI/2026

(CASO ESTA DECLARAÇÃO NÃO ESTEJA DISPONIBILIZADA NO SISTEMA LICITANET, A MESMA DEVERÁ COMPOR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO
AO PREGOEIRO MUNICIPAL.

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, A EMPRESA ....., CNPJ Nº ....., COM SEDE NA....., ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL *(pessoa que irá assinar a Ata e/ou Contrato)* Sr....., CPF Nº....., DECLARA A QUEM POSSA INTERESSAR QUE:

1) DECLARAMOS, PARA OS FINS DO DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 68 DA LEI N.º 14.133/21, E **DISPOSTO NOS INCISOS XXXIII** DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE NÃO EMPREGAMOS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGAMOS MENORES DE 16(DEZESSEIS) ANOS. RESSALVA AINDA, QUE, CASO EMPREGUE MENORES NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ (A PARTIR DE 14 ANOS, DEVERÁ INFORMAR TAL SITUAÇÃO NO MESMO DOCUMENTO).

2) DECLARAMOS, SOB AS PENAS DA LEI, QUE A EMPRESA NÃO FOI **DECLARADA INIDÔNEA** PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E QUE ATÉ A PRESENTE DATA INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NO PRESENTE PROCESSO, CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES.

3) DECLARAMOS PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, QUE CONHECEMOS AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E OS TERMOS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, E QUE, **CONCORDAMOS COM TODOS OS TERMOS** CONSTANTES NO MESMO E AINDA, QUE POSSUÍMOS TODAS AS CONDIÇÕES PARA ATENDER E CUMPRIR TODAS AS EXIGÊNCIAS DE FORNECIMENTO ALI CONTIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A DOCUMENTAÇÃO, QUE ESTÁ SENDO APRESENTADA PARA FINS DE HABILITAÇÃO.

7) DECLARO QUE CUMPRO AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS.

8) DECLARAMOS QUE AS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.

9) DECLARAMOS QUE A EMPRESA ATENDE AOS **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** E QUE O DECLARANTE RESPONDERÁ PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI.

E-MAILS DE CONTATO PARA CADA SETOR RESPONSÁVEL PELO ATOS DESTA CONTRATAÇÃO:
Emails:.....
Telefones para contato: ( ).....
Whatsapp: xxxxxxxx
Endereço: xxxxxxxxxxx Cep: xxxxxxxx
Cidade: xxxxx **Estado:** xxxx

CIDADE, ... DE ..... DE 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 795/SEMAGRI/2026

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2025

Pelo presente instrumento contratual, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 63.762.009/0001-50, com sede no Palácio Osvaldo Piana, sede do Poder Executivo Municipal, sito à Av. Elza Vieira Lopes Nº 4803, por seu representante legal o Prefeito Municipal, Sr. RONALDO DELAZARI, neste ato denominado CONTRATANTE, e do outro lado, a Empresa **XXXXXX**,inscrito no CNPJ n°XXXXXXXXXX, localizada na XXXXXXXXX, neste ato representada pela Sra. XXXXXXXX, inscrita no CPF de n° XXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONTRATO em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, decorrente do Processo Administrativo nº 795/SEMAGRI/2026, Edital Dispensa e/ou Pregão Eletrônico nº 37/CPL/2026, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (art. 92,Ie II)

1.1 O presente contrato tem como objeto Aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025 Plano de Trabalho, conforme as especificações quantidades estimadas e condições estabelecidas na solicitação nº 200/26, Termo de Referência, Edital e seus anexos. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação **30 dias** de acordo com o período estabelecido no termo de referência **item 5.2**, a contar da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ou conforme necessidade do Contratante nos termos da Lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULATERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA- VALOR (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$ xxxxxx.
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e os preços iniciais poderão se reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste poderá ser realizado por aditivo ou apostilamento.

8.CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

8.9 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

contratado no prazo máximo de 15 (quinze) ias.

8.12 **8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 **8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações, responsabilidade e especificações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto, devendo a entrega ocorrer na Garagem Municipal: Av. Manoel Francisco de Lima Filho, S/N Centro, Novo Horizonte do Oeste-RO, CEP: 76.956-000, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 17h00 observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 O objeto fornecido deverá ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado, devendo atenteder as especificificações, garantias e requisitos técnicos conforme termo de referência.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10 A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.

9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, durante a execução do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.23 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 O objeto fornecido terá a garantia mínima prevista no termo de referência a contar da data de entrega no órgão licitante;

10.2 Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto.

10.3 A contratação conta com garantia do objeto contratual prevista do termo de referência a ser fornecido, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura.

10.4 Aplicar-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto á oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

10.5 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

10.6 Em se tratando de bens permanentes e duráveis terão garantia mínima de 12 (doze) meses.

10.6.1 A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

10.7 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone (ligações ou mensagens) e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atende-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até 90 (noventa) dias, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

10.8 O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

10.9 A contratada deverá fornecer, sem quaisquer ônus para a Administração, manual de operação do objeto em português, contendo todas as instruções necessárias e suficientes para orientar o usuário na operacionalidade e manutenção corretas, quando for o caso.


ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

10.10 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.
10.11 A prestação dos serviços de assistência técnica deverá ser realizado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação. O prazo de garantia de funcionamento e de suporte técnico para o objeto contratado, será contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou seja, após a devida entrega.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.12 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
10.13 der causa à inexecução parcial do contrato;
10.14 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.15 der causa à inexecução total do contrato;
10.16 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
10.17 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
10.18 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.19 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.20 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.21 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.
10.22 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
10.23 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.24 - Multa:
10.25 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
10.26 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
10.27 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10.28 compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
10.29 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
10.30 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.31 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.32 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.33 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.34 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.35 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.36 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.37 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.38 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.39 as peculiaridades do caso concreto;

10.40 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.41 os danos que dela provierem para o Contratante;

10.42 f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.43 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.44 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.45 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.46 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.47 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12- . CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.5. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

12.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.10. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.11. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.12. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.13. Indenizações e multas.

12.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos

15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, do Município de Nova Brasilândia do Oeste/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Palácio Osvaldo Piana, Sede do Poder executivo, XX de XXXX de 2026**.**

CONTRATANTE _____

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
RONALDO DELAZARI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA _____

(EMPRESA)
(Representante)

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 795/SEMAGRI/2026



ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O objeto visa à **aquisição de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO, conforme previsto no Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025, no respectivo Plano de Trabalho e demais documentos que integram o processo administrativo, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Tubo corrugado do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, **com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento**, destinado à implantação, recuperação e manutenção de bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e normas técnicas aplicáveis.	UND	29

1.2. A contratação observará as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis, sendo adotado o critério de julgamento compatível com a natureza do objeto e definido no procedimento de contratação.

1.3. O objeto está vinculado ao **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, cadastrado no Transferegov.br na modalidade Transferências Especiais, decorrente da **Emenda Parlamentar nº 202543310004 – Cristiane Lopes**, cuja Meta 1 prevê a aquisição de tubos corrugados do tipo PEAD, com **06 (seis) metros de comprimento**, sendo o **diâmetro de 1.200 mm** definido pela Administração conforme a necessidade identificada no processo.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de dispositivos de drenagem, especialmente bueiros, nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO.

2.1.1. A presente contratação está vinculada ao **Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, decorrente da **Emenda Parlamentar nº 202543310004 – Cristiane Lopes**, tendo como finalidade **20 – Agricultura / 608 – Promoção da Produção Agropecuária**, e como Meta 1 a aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD, com 06 (seis) metros de comprimento cada**.

2.2. Conforme Plano de Trabalho aprovado, o objeto de execução corresponde à aquisição de tubos corrugados para bueiros em estradas vicinais, carreadores e travessões, encontrando-se a contratação diretamente relacionada à finalidade estabelecida no Plano de Trabalho.

2.3. A malha viária rural desempenha papel essencial para o desenvolvimento econômico e social do Município, sendo utilizada para o deslocamento dos moradores da zona rural, transporte escolar, acesso a serviços públicos, circulação de veículos e máquinas agrícolas e escoamento da produção agropecuária.

2.4. Durante os períodos chuvosos, a deficiência ou ausência de dispositivos adequados de drenagem pode provocar acúmulo e concentração de águas pluviais, ocasionando erosões, atoleiros, deterioração dos aterros, danos à estrutura das vias e, em situações mais graves, comprometimento da trafegabilidade.

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

2.5. A aquisição dos tubos corrugados de PEAD possibilitará à Administração Municipal dispor de materiais adequados para a implantação, recuperação e manutenção de bueiros e outros dispositivos de drenagem, proporcionando melhores condições para o escoamento das águas pluviais.

2.6. A utilização adequada dos dispositivos de drenagem contribui para a preservação da infraestrutura viária rural, redução dos processos erosivos, melhoria das condições de trafegabilidade e segurança dos usuários e continuidade do acesso às comunidades e propriedades rurais.

2.7. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Administração Municipal e está diretamente vinculada à **Meta 1 do Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**.

2.8. A especificação do **diâmetro nominal de 1.200 mm** foi definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme **Solicitação nº 282/26, de 21 de setembro de 2026**, considerando as necessidades identificadas para as intervenções de drenagem nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município.

2.9. Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de aplicação adequada dos recursos públicos provenientes da transferência especial, mediante aquisição dos materiais previstos no Plano de Trabalho e especificados pela Administração para atendimento da demanda, visando à melhoria da infraestrutura viária rural do Município.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução consiste na aquisição de **29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD – Polietileno de Alta Densidade, com diâmetro nominal de 1.200 mm e 06 (seis) metros de comprimento cada**, destinados à implantação, recuperação e manutenção de bueiros nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município de Novo Horizonte do Oeste – RO.

3.2. Os materiais deverão atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis ao produto e à sua finalidade de utilização em sistemas de drenagem.

3.3. Os tubos deverão apresentar características de resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com sua utilização em dispositivos de drenagem de estradas vicinais e com as condições normais de transporte, armazenamento e instalação.

3.4. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, livres de defeitos de fabricação, trincas, deformações ou quaisquer outras irregularidades que comprometam sua utilização.

3.5. A solução adotada permitirá à Administração Municipal realizar intervenções de drenagem nos pontos identificados como prioritários, contribuindo para o adequado direcionamento das águas pluviais e para a redução de processos erosivos, alagamentos, atoleiros e danos às vias rurais.

3.6. A instalação dos tubos e a execução dos serviços de implantação dos bueiros **não integram o objeto desta contratação**, ficando o presente Termo de Referência limitado ao fornecimento dos materiais.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O contratado deverá atender a todas as especificações contidas na descrição detalhada do item constante neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

4.2. Efetuar a entrega dos itens conforme emissão da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento pela Administração Municipal.

4.3. A contratada deverá realizar a entrega dos materiais no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contado na forma estabelecida neste Termo de Referência, após o recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

4.4. Os tubos deverão ser fabricados em **Polietileno de Alta Densidade – PEAD**, possuir estrutura corrugada, **diâmetro nominal de 1.200 mm** e ser destinados à utilização em sistemas de drenagem.

4.5. Cada unidade deverá possuir **06 (seis) metros de comprimento**, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.6. O diâmetro nominal de **1.200 mm** corresponde à especificação definida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme **Solicitação nº 282/26, de 21 de setembro de 2026**, considerando a necessidade identificada para as intervenções de drenagem nas estradas vicinais, carreadores e travessões do Município.

4.7. Os materiais deverão atender às normas técnicas aplicáveis ao produto, inclusive às especificações técnicas pertinentes à utilização de tubos corrugados de PEAD em sistemas de drenagem,

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

quando aplicáveis.

4.8. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e apresentar qualidade e resistência compatíveis com a finalidade para a qual serão utilizados.

4.9. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem trincas, rupturas, deformações, danos ou outros defeitos que possam comprometer sua utilização.

4.10. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar **amostra do produto ofertado**, quando solicitada pela Administração, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, contado da solicitação, para avaliação de conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.11. A amostra será avaliada quanto à compatibilidade com as características e especificações exigidas, especialmente quanto ao **material PEAD, estrutura corrugada, diâmetro nominal de 1.200 mm, comprimento de 06 (seis) metros e demais características técnicas previstas neste Termo de Referência**.

4.12. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, seguros, encargos e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas à entrega do objeto.

4.13. A contratada deverá entregar diretamente os materiais objeto da contratação, não podendo transferir a terceiros a responsabilidade integral pelo fornecimento, sem prejuízo das regras de subcontratação eventualmente admitidas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

4.14. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os materiais que apresentarem avarias, defeitos, vícios ou desconformidades em relação às especificações estabelecidas.

4.15. A contratada deverá comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, eventual impedimento para o cumprimento do prazo, apresentando justificativa devidamente fundamentada, sem prejuízo da análise e decisão da Administração quanto à eventual prorrogação, quando legalmente cabível.

4.16. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, compatíveis com as obrigações assumidas.

4.17. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, salvo disposição diversa devidamente justificada no instrumento de contratação.

4.18. A contratada deverá garantir a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos, responsabilizando-se pela substituição daqueles que forem considerados inadequados, defeituosos ou incompatíveis com as especificações.

4.19. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar catálogo, ficha técnica, certificado, declaração do fabricante ou documento equivalente que permita comprovar as características técnicas do produto ofertado.

4.20. Não será admitido o fornecimento de materiais usados, recondicionados, recuperados ou que apresentem características incompatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. A entrega deverá ocorrer na **Garagem Municipal da Agricultura, localizada na Av. Manoel Francisco de Lima Filho, S/N, Centro, Novo Horizonte do Oeste – RO, CEP 76.956-000**, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 13h30, salvo orientação diversa da Administração.

5.1.2. Todas as despesas relacionadas à entrega, incluindo frete, transporte, carga, descarga, pedágios, seguros e demais custos correlatos, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

5.2. A CONTRATADA deverá entregar o objeto no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

5.3. A entrega deverá observar integralmente os quantitativos e especificações constantes neste Termo de Referência, no instrumento de contratação e na respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.4. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados e protegidos contra danos decorrentes do transporte e manuseio.

5.5. Ao receber os materiais, a Administração realizará a verificação quantitativa e qualitativa, visando garantir a integridade e a conformidade dos produtos com as especificações contratadas.

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

5.6. Qualquer material que apresente desconformidade, avaria, defeito, dano ou característica incompatível com o objeto contratado poderá ser recusado pela Administração.

5.7. No caso de recebimento provisório de material que posteriormente seja identificado como incompatível com o objeto contratado, a CONTRATADA será comunicada para providenciar sua substituição, sem qualquer ônus para a Administração.

5.8. A substituição dos materiais recusados deverá ocorrer no prazo estabelecido pela fiscalização, considerando a natureza da irregularidade e a necessidade de continuidade da contratação, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

5.9. Todos os produtos entregues deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade, de procedência comprovável e estar de acordo com as especificações deste Termo de Referência e com as normas técnicas aplicáveis.

5.10. Aceita a entrega e constatada a conformidade dos materiais, será realizado o respectivo atesto na Nota Fiscal, observados os procedimentos administrativos para liquidação e pagamento.

5.11. Não sendo aceito o material entregue, a empresa contratada será comunicada para realizar a substituição ou correção necessária, de modo a adequar o objeto ao que foi originalmente contratado, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

5.12. Durante o recebimento, a Administração poderá exigir a substituição de qualquer material que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência, do instrumento convocatório, da proposta ou do contrato, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado pelo período correspondente, quando cabível, devendo as circunstâncias ser registradas nos autos do processo.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de correio eletrônico institucional ou outro meio formal definido pela Administração.

6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados pela Administração.

6.6. A fiscalização deverá verificar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência, especialmente quanto aos quantitativos, especificações, qualidade e prazo de entrega dos materiais.

6.7. O fiscal do contrato deverá registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando as providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal deverá comunicar a contratada para adoção das medidas necessárias à correção, estabelecendo prazo adequado para o saneamento da ocorrência, quando cabível.

6.9. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do fornecimento no prazo estabelecido, o fiscal comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

6.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vício, defeito ou inadequação dos materiais fornecidos.

Gestor do Contrato

6.12. Cabe ao gestor do contrato:

6.12.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo os registros formais da execução, alterações e eventuais prorrogações;

6.12.2. Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato e as medidas adotadas para solução das ocorrências;

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

6.12.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento;

6.12.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

6.12.5. Tomar as providências necessárias para eventual instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, quando cabível;

6.12.6. Elaborar relatório final, quando aplicável, contendo informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação;

6.12.7. Encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, após o cumprimento das condições estabelecidas.

7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 7.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 7.1, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

7.2.4. **Multa**, observados os critérios e limites estabelecidos na legislação aplicável e neste Termo de Referência.

7.2.4.1. Será aplicada multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou, em caso de inexecução total, sobre o valor total contratado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. As sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.

7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente, observada a legislação aplicável.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

8.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente certificada e atestada pelo fiscal do contrato, após o recebimento e aceitação dos materiais pela Administração.

8.2. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, sem erros ou inconsistências.

8.3. A CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura, os dados bancários necessários para realização do pagamento, não sendo aceito boleto bancário como condição para pagamento pela Administração.

8.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a contar a partir da reapresentação do documento devidamente corrigido.

8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo documento fiscal emitido com CNPJ diverso, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

8.6. Deverá acompanhar a Nota Fiscal ou Fatura a documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista exigida pela legislação vigente, quando cabível.

8.7. O pagamento somente será realizado após a comprovação da efetiva entrega, conferência e aceitação dos materiais pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento de contratação definido pela Administração, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

9.2. Considerando que o objeto possui características comuns e padronizadas no mercado, poderá ser adotada a modalidade de **Pregão Eletrônico**, caso assim definido pelo setor competente, observados os requisitos legais aplicáveis.

9.3. O critério de julgamento será o **menor preço por item**, considerando que o objeto é composto por **um único item**, correspondente ao fornecimento de 29 (vinte e nove) unidades de tubos corrugados do tipo PEAD.

9.4. A contratação em item único decorre da natureza uniforme do objeto e da necessidade de padronização dos materiais, sem prejuízo da competitividade do procedimento.

9.5. O fornecedor deverá apresentar proposta contendo descrição clara e completa do produto ofertado, com indicação das características técnicas necessárias à verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.6. A proposta deverá contemplar **tubos corrugados do tipo PEAD, com diâmetro nominal de 1.200 mm e comprimento de 06 (seis) metros por unidade**, destinados à utilização em bueiros de estradas vicinais, carreadores e travessões.

9.7. A Administração poderá exigir a apresentação de **amostra do produto ofertado**, no prazo máximo de **02 (dois) dias**, contados da solicitação, para verificação de conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.8. Será considerada vencedora a proposta que, atendendo integralmente às exigências do instrumento convocatório e deste Termo de Referência, apresentar o **menor preço por item**, desde que o produto ofertado seja considerado compatível com as especificações exigidas e o preço seja considerado aceitável pela Administração.

9.9. A definição do diâmetro nominal de **1.200 mm** decorre da necessidade identificada pela **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, conforme Solicitação nº **282/26, de 21 de setembro de 2026**, devendo o produto ofertado atender integralmente a essa especificação.

10 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação será definido mediante pesquisa de preços realizada pela Administração, observando-se os parâmetros estabelecidos no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021** e demais regulamentações aplicáveis.

10.2. A pesquisa de preços deverá considerar produtos com especificações técnicas compatíveis com as estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto ao **tipo de material (PEAD), diâmetro nominal de 1.200 mm, comprimento de 06 (seis) metros e finalidade de utilização em sistemas de drenagem**.

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

10.3. O valor estimado deverá contemplar todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, encargos, seguros e demais despesas diretas e indiretas incidentes.

10.4. O Plano de Trabalho prevê, para a **Meta 1**, o montante de **R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais)** destinado ao investimento.

10.5. O valor previsto no Plano de Trabalho constitui referência quanto aos recursos disponíveis para execução da Meta 1, não correspondendo necessariamente ao valor da contratação, devendo o valor estimado e o valor efetivamente contratado resultar da pesquisa de preços e do procedimento de contratação, observada a compatibilidade com os preços praticados no mercado e a legislação aplicável.

10.6. A Administração deverá observar que o preço contratado seja compatível com os preços praticados no mercado, não sendo suficiente, para fins de demonstração da vantajosidade, apenas a existência de recursos disponíveis no Plano de Trabalho.

11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta da **Ficha Orçamentária nº 417 – Aquisição de Tubos PEAD – Plano de Ação nº 09032025-2-088350/2025**, no valor de **R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais)**.

11.2. A classificação orçamentária deverá ser conferida pelo setor competente antes da emissão do empenho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Novo Horizonte do Oeste - RO, 01 de outubro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **RONALDO DELAZARI**, **PREFEITO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:02, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

Documento assinado eletronicamente por **JOSIEL DE SOUZA SANTOS**, **SECRETARIO MUNICIPAL**, em 01/10/2026 às 12:54, horário de Novo Horizonte do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 227 de 18/12/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos, informando o ID **357187** e o código verificador **DF97FCAB**.

Referência: Processo nº 1-795/2026. Docto ID: 357187 v1

ID: 366850 e CRC: BA2DFB74

Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50
Av. Elza Vieira Lopes
www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital de Licitações	**37**	**16/11/2026**

ID: **366850**
CRC: **BA2DFB74**
Processo: **1-795/2026**
Usuário: **MARCOS ANTONIO DA SILVA**
Criação: **16/11/2026 11:24:56** Finalização: **16/11/2026 11:26:11**

Processo

Documento

MD5: **C533490289290EBABB5F9AE2F33539F6**

SHA256: **F8600C8668B7A472E5B67BD4FE7E9427DA76B5C7C413FC300FEA165E29863772**

Súmula/Objeto:

Edital de Licitações

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	16/11/2026 11:24:56

ASSUNTOS

Aquisição de Tubos Corrugados PEAD	16/11/2026 11:24:56

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

MARCOS ANTONIO DA SILVA	PREGOEIRO MUNICIPAL	16/11/2026 11:26:29

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/servicos informando o ID 366850 e o CRC BA2DFB74.